



JORNAL OFICIAL

I SÉRIE – NÚMERO 7
TERÇA-FEIRA, 31 DE JANEIRO DE 2017

ÍNDICE:

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO

Despacho Normativo n.º 3/2017:

Designa o representante da Presidência do Governo Regional dos Açores no Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CRADS).

Página 272

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

GABINETE DE EDIÇÃO DO JORNAL OFICIAL

Endereço electrónico: <http://jo.azores.gov.pt>

Correio electrónico: gejo@azores.gov.pt

**JORNAL OFICIAL****VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO, EMPREGO E COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL, SECRETARIA REGIONAL DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS E DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO****Despacho Normativo n.º 4/2017:**

Fixa os preços máximos de venda ao público do fuelóleo para a produção de eletricidade. Revoga o Despacho Normativo n.º 43/2016, de 26 de dezembro.

SECRETARIA REGIONAL DO MAR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Portaria n.º 13/2017:**

Altera a Portaria n.º 74/2015, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 88/2016, de 12 de agosto e pela Portaria n.º 120/2016, de 27 de dezembro.

SECRETARIA REGIONAL DA AGRICULTURA E FLORESTAS**Portaria n.º 14/2017:**

Altera a Portaria n.º 162/2015, de 28 de dezembro.

Despacho Normativo n.º 5/2017:

Estabelece os limites orçamentais e define os períodos para apresentação dos documentos constitutivos da elegibilidade das ajudas e apoios financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia e pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.

**JORNAL OFICIAL****PRESIDÊNCIA DO GOVERNO**

Despacho Normativo n.º 3/2017 de 31 de Janeiro de 2017

Considerando que o Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável é um órgão consultivo constituído com o objetivo de contribuir para a garantia do direito de participação pública em matéria de política do ambiente e de assegurar o diálogo e cooperação com entidades e organizações da sociedade civil com interesse em matéria ambiental na procura de consensos relativos à política ambiental, Integrando um representante do Presidente do Governo Regional;

Assim, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 41.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A, de 25 de maio, determino o seguinte:

1- É designado representante da Presidência do Governo Regional dos Açores no Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CRADS), o Dr. Nuno Miguel de Andrade Miranda, Assessor do meu Gabinete, nomeado pelo Despacho n.º 3004/2016 de 30 de Dezembro.

2 - O presente despacho normativo produz efeitos à data da sua assinatura.

27 de janeiro de 2017. - O Presidente do Governo Regional, *Vasco Ilídio Alves Cordeiro*.

**VICE-PRESIDÊNCIA DO GOVERNO, EMPREGO E COMPETITIVIDADE
EMPRESARIAL, S.R. DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS, S.R. DA
ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO**

Despacho Normativo n.º 4/2017 de 31 de Janeiro de 2017

Os preços dos combustíveis têm incidência no custo de vida das populações, razão pela qual o Governo Regional procura que sejam os mais baixos possíveis.

Considerando as variações do preço do petróleo no mercado internacional, bem como a cotação do euro face ao dólar, justifica-se proceder a uma correção no preço máximo de venda ao público do fuelóleo para a produção de eletricidade.

Assim, nos termos conjugados do artigo 3.º e 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 6/91/A, de 8 de março, do artigo 1.º da Portaria n.º 45/2016, de 13 de maio, e do artigo 2.º do anexo à Resolução n.º 15/2010, de 27 de janeiro, manda o Governo Regional, pelo Vice-Presidente do Governo Regional e pelos Secretários Regionais dos Transportes e Obras Públicas e da Energia, Ambiente e Turismo, o seguinte:

**JORNAL OFICIAL**

1 - Fixar os seguintes preços máximos de venda ao público do fuelóleo para a produção de eletricidade, fornecido a granel nas instalações das companhias distribuidoras em cada ilha:

- a) São Miguel – 437,56 €/TM;
- b) Terceira – 466,50 €/TM;
- c) Pico – 536,05 €/TM;
- d) Faial – 521,96 €/TM.

2 - Os preços agora fixados incluem Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

3 - É revogado o Despacho Normativo n.º 43/2016, de 26 de dezembro.

4 - O presente despacho normativo produz efeitos a partir do dia 1 de fevereiro de 2017.

24 de janeiro de 2017. - O Vice-Presidente do Governo Regional, *Sérgio Humberto Rocha de Ávila*. - O Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas, *Vítor Manuel Ângelo de Fraga*. - A Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, *Marta Isabel Vieira Guerreiro*.

S.R. DO MAR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Portaria n.º 13/2017 de 31 de Janeiro de 2017**

O Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, alterado e republicado no Anexo II do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A de 6 de julho, que institui o quadro legal da pesca açoriana, determina, no seu artigo 7.º, que as medidas de conservação, gestão e exploração dos recursos vivos marinhos no Mar dos Açores a aplicar às embarcações regionais, aos apanhadores, pescadores submarinos e aos pescadores de costa, bem como a aplicar no território de pesca dos Açores, são definidos por portaria do membro do Governo Regional responsável pelas pescas.

Dispõe também o Decreto Legislativo Regional n.º 9/2007/A, de 19 de abril, que estabelece o regime jurídico da pesca lúdica nas águas dos Açores, nomeadamente no seu artigo 26.º, que, tendo por objetivo a conservação e gestão racional dos recursos marinhos vivos ou o cumprimento das regras da política comum de pescas da União Europeia, o membro do Governo Regional responsável pelas pescas pode estabelecer, por portaria, regras adicionais ao regime jurídico do exercício da pesca lúdica, definindo os condicionamentos a que o mesmo fica sujeito, nomeadamente no que se refere, entre outros, a fixação do tamanho ou peso mínimos das espécies suscetíveis de captura.

Considerando o estado e a condição dos recursos disponíveis, com o objetivo de assegurar a sua conservação e gestão, através da Portaria n.º 74/2015, de 15 de junho, foram fixados tamanhos mínimos e períodos de defeso, não definidos em legislação comunitária.

**JORNAL OFICIAL**

Em agosto de 2016, após discussão em Conselho Regional das Pescas, foi decidido, através da publicação da Portaria n.º 88/2016, de 12 de agosto, aumentar o tamanho mínimo do goraz de 300mm ou 400g para 320mm ou 500g.

Em dezembro de 2016, e por acordo com as associações representativas do setor, procedeu-se ao aumento do tamanho mínimo do goraz para 330mm ou 550g.

Em reunião com todas as associações representativas do setor, em janeiro de 2017, foi deliberado o aumento do tamanho mínimo de outras espécies, nomeadamente Pargo (*Pagrus pagrus*), Boca Negra (*Heliconelus dactylopterus dactylopterus*), Congro/Safio (*Conger conger*) Alfonsim (*Beryx splendens*) e Imperador (*Beryx decadactylus*), eliminando, ao mesmo tempo, as margens de tolerância, enquadrando, assim, esta decisão, no conjunto de medidas de gestão que têm vindo a ser tomadas pelo Governo Regional, com o objetivo de assegurar uma melhor gestão dos recursos, promovendo a diminuição das capturas de indivíduos de menor dimensão.

Foram, assim, ouvidas as associações representativas do setor da pesca, que se pronunciaram a favor do aumento do tamanho mínimo das espécies Pargo (*Pagrus pagrus*), Boca Negra (*Heliconelus dactylopterus dactylopterus*) e Congro/Safio (*Conger conger*) Alfonsim (*Beryx splendens*) e Imperador (*Beryx decadactylus*), que se vêm agora fixar, bem como da eliminação das respetivas margens de tolerância.

Assim, manda o Governo Regional, pelo Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia ao abrigo do disposto na alínea a), do artigo 11.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2016/A, de 21 de novembro, conjugado com os n.ºs 2 e 3 do artigo 34.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, alterado e republicado no anexo II do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 6 de julho, e com a alínea e) do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto Legislativo Regional n.º 9/2007/A, de 19 de abril, o seguinte:

Artigo 1.º**Alteração à Portaria n.º 74/2015, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 88/2016, de 12 de agosto e pela Portaria n.º 120/2016, de 27 de dezembro**

Os artigos 3.º, 4.º, 6.º, e os Anexos I e II da Portaria n.º 74/2015, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 88/2016, de 12 de agosto, e pela Portaria n.º 120/2016, de 27 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 3.º**[...]**

1 – [...].



JORNAL OFICIAL

2 – Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 34.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, alterado e republicado no Anexo II do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A de 6 de julho, para efeitos do disposto na presente portaria, a medição dos organismos marinhos é efetuada nos termos do artigo seguinte.

3 – [...].

Artigo 4.º

[...]

1 – O tamanho mínimo fixado no n.º 1 do artigo anterior é aplicável com uma margem de tolerância que não pode exceder 5% em peso vivo do total de capturas de lapa-brava e lapa-mansa, mantidas a bordo, limite que não deve ser excedido durante o transbordo, o desembarque, o transporte, o armazenamento, a exposição ou a venda.

2 – [...]

a) Revogado;

b) Revogado;

c) [...]

d) [...]

3 – [...].

Artigo 6.º

[...]

1 – Excetua-se para a captura de *Pagellus bogaraveo* (Goraz / Peixão / Carapau), no exercício da pesca lúdica praticada desde terra firme, com linhas de mão ou canas de pesca, o tamanho mínimo previsto no Anexo I da presente portaria.

2 – [...].

Anexo I

Tamanhos mínimos

Nome Comum	Nome científico	Tamanho mínimo de captura
<i>Peixes</i>		
[...]	[...]	[...]
Boca-negra	<i>Helicolenus dactylopterus dactylopterus</i>	270 mm
[...]	[...]	[...]
Congro / Safio	<i>Conger conger</i>	1.400 mm



JORNAL OFICIAL

[...]	[...]	[...]
Pargo	<i>Pagrus pagrus</i>	300 mm
[...]	[...]	[...]
[...]	[...]	[...]
[...]	[...]	[...]
[...]	[...]	[...]
Alfonsim	<i>Beryx splendens</i>	300 mm
Imperador	<i>Beryx decadactylus</i>	350 mm
[...]	[...]	[...]
Cavaco	<i>Scyllarides latus</i>	77 mm
[...]	[...]	[...]
[...]	[...]	[...]
[...]	[...]	[...]
[...]	[...]	[...]

Anexo II

Períodos de defeso

Nome Comum	Nome científico	Período de defeso
Revogado		
Revogado	Revogado	Revogado
[...]	[...]	[...]
[...]	[...]	[...]
[...]	[...]	[...]
[...]	[...]	[...]
[...]	[...]	[...]
[...]	[...]	[...]
[...]	[...]	[...]
[...]	[...]	[...]
[...]	[...]	[...]

Artigo 1.º

**JORNAL OFICIAL****Aditamento à Portaria n.º 74/2015, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 88/2016, de 12 de agosto e pela Portaria n.º 120/2016, de 27 de dezembro**

São aditados o Artigo 3.º - A e o Anexo III à Portaria n.º 74/2015, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 88/2016, de 12 de agosto, e pela Portaria n.º 120/2016, de 27 de dezembro, com a seguinte redação:

«Artigo 3.º - A

Medição do tamanho dos organismos marinhos

Os organismos marinhos que sejam capturados no território de pesca dos Açores ou por embarcações regionais constantes do anexo I da presente portaria são medidos conforme indicado no Anexo III à presente portaria, que dela faz parte integrante, nos termos seguintes:

- As dimensões dos peixes são medidas da ponta do focinho até à extremidade da barbatana caudal na sua posição natural, conforme indicado na figura 1 do Anexo III;
- As dimensões das santolas são medidas, pelo comprimento da carapaça, ao longo da linha mediana, desde o bordo da carapaça entre os rostros até ao bordo distal da carapaça, conforme indicado na figura 2 do Anexo III;
- As dimensões do cavaco correspondem ao comprimento da carapaça medido da parte anterior da inserção do pedúnculo ocular até ao ponto central do bordo distal da carapaça, conforme indicado na figura 3 do Anexo III;
- As dimensões da lapa-brava e da lapa-mansa são medidas ao longo da maior dimensão da concha, conforme indicado na figura 4 do Anexo III.

Anexo III**Medição do tamanho dos organismos marinhos**

Figura 1:

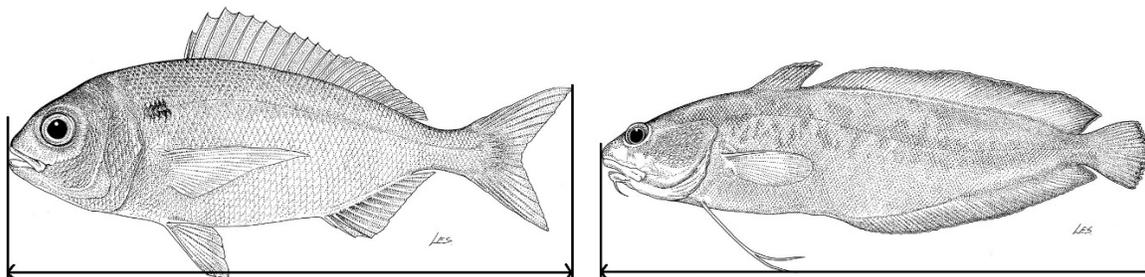


Figura 2:

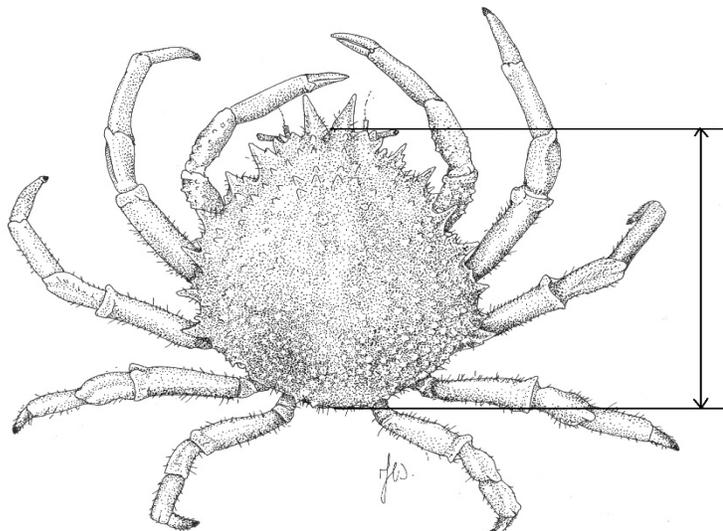


Figura 3:

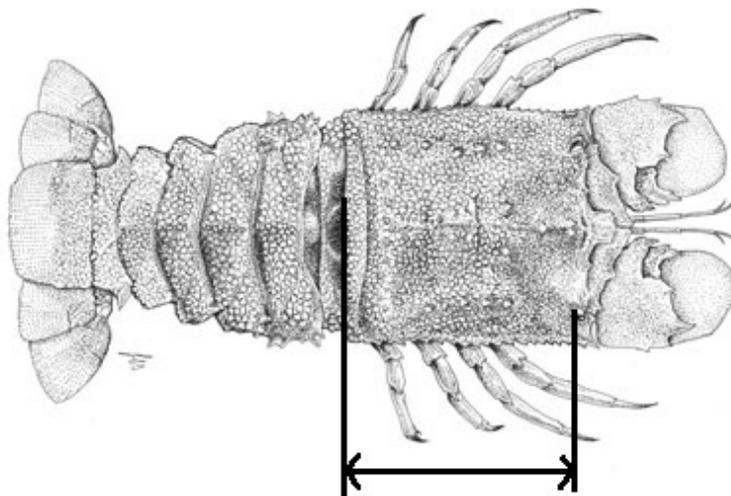
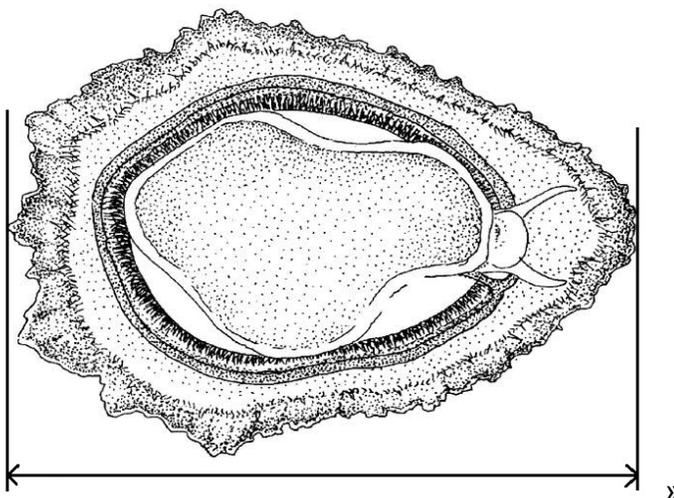


Figura 4:



Créditos de imagens: Fishpics – IMAR-DOP/UAç

Artigo 3.º

Republicação

A Portaria n.º 74/2015, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 88/2016, de 12 de agosto, e pela Portaria n.º 120/2016, de 27 de dezembro, que define tamanhos mínimos e períodos de defeso aplicáveis a organismos marinhos que sejam capturados no território de pesca dos Açores, ou por embarcações regionais, é republicada em anexo.

Artigo 4.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia 1 de fevereiro de 2017.

Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Assinada em 27 de janeiro de 2017.

O Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, *Gui Manuel Machado Menezes*.

**ANEXO I****Republicação da Portaria n.º 74/2015, de 15 de junho, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 88/2016, de 12 de agosto**

Artigo 1.º

Objeto

A presente portaria define os tamanhos mínimos e períodos de defeso aplicáveis a organismos marinhos que sejam capturados no território de pesca dos Açores ou por embarcações regionais, sem prejuízo dos tamanhos mínimos e períodos de defeso fixados por regulamentação comunitária, designadamente os relativos a outras espécies, ou referentes às espécies no âmbito da presente portaria, mas que sejam mais restritivos.

Artigo 2.º

Âmbito

A presente portaria aplica-se ao exercício da atividade da pesca comercial e lúdica, no território de pesca dos Açores ou com o auxílio de embarcações regionais, exercida por pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras.

Artigo 3.º

Tamanhos mínimos

1 – Os organismos marinhos capturados, constantes do anexo I da presente portaria, cujos tamanhos forem inferiores aos tamanhos mínimos ali fixados devem ser imediatamente devolvidos ao mar, não podendo ser mantidos a bordo, transbordados, desembarcados, transportados, armazenados, expostos, colocados à venda ou vendidos, à exceção do pescado capturado no âmbito de competições de pesca desportiva previamente autorizadas pela Direção Regional das Pescas.

2 – Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 34.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, alterado e republicado no Anexo II do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A de 6 de julho, para efeitos do disposto na presente portaria, a medição dos organismos marinhos é efetuada nos termos do artigo seguinte.

3 - Sempre que se preveja mais de um método de medição do tamanho de um organismo marinho, considera-se que este tem o tamanho mínimo exigido se da aplicação de qualquer um dos métodos resultar um tamanho igual ou superior ao tamanho mínimo correspondente.

Artigo 3.º - A

Medição do tamanho dos organismos marinhos

**JORNAL OFICIAL**

Os organismos marinhos que sejam capturados no território de pesca dos Açores ou por embarcações regionais constantes do anexo I da presente portaria são medidos conforme indicado no Anexo III à presente portaria, que dela faz parte integrante, nos termos seguintes:

- e) As dimensões dos peixes são medidas da ponta do focinho até à extremidade da barbatana caudal na sua posição natural, conforme indicado na figura 1 do Anexo III;
- f) As dimensões das santolas são medidas, pelo comprimento da carapaça, ao longo da linha mediana, desde o bordo da carapaça entre os rostros até ao bordo distal da carapaça, conforme indicado na figura 2 do Anexo III;
- g) As dimensões do cavaco correspondem ao comprimento da carapaça medido da parte anterior da inserção do pedúnculo ocular até ao ponto central do bordo distal da carapaça, conforme indicado na figura 3 do Anexo III;
- h) As dimensões da lapa-brava e da lapa-mansa são medidas ao longo da maior dimensão da concha, conforme indicado na figura 4 do Anexo III.

Artigo 4.º

Margens de tolerância

1 – O tamanho mínimo fixado no n.º 1 do artigo anterior é aplicável com uma margem de tolerância que não pode exceder 5% em peso vivo do total de capturas de lapa-brava e lapa-mansa, mantidas a bordo, limite que não deve ser excedido durante o transbordo, o desembarque, o transporte, o armazenamento, a exposição ou a venda.

2 – A percentagem de tolerância mencionada no número anterior não é aplicável a exemplares:

- a) *Revogado*;
- b) *Revogado*;
- c) De lapa-brava de tamanho inferior a 45 mm de comprimento, medido no sentido do maior comprimento da concha;
- d) De lapa-mansa de tamanho inferior a 25 mm de comprimento, medido no sentido do maior comprimento da concha.

3 – A metodologia de amostragem para efeitos de fiscalização a que se refere o n.º 1, para a lapa-brava e lapa-mansa, constará de despacho a emitir pelo membro do Governo Regional responsável pela área das pescas.

Artigo 5.º

Períodos de defeso

**JORNAL OFICIAL**

1 – São definidos períodos de defeso para as espécies constantes do anexo II da presente portaria.

2 - Nos períodos de defeso ali definidos, os organismos marinhos não podem ser capturados e devem ser imediatamente devolvidos ao mar quando capturados acidentalmente, não podendo ser mantidos a bordo, transbordados, desembarcados, transportados, armazenados, expostos, colocados à venda ou vendidos.

Artigo 6.º

Disposições adicionais relativas à pesca lúdica

1 – Excetua-se para a captura de *Pagellus bogaraveo* (Goraz / Peixão / Carapau), no exercício da pesca lúdica praticada desde terra firme, com linhas de mão ou canas de pesca, o tamanho mínimo previsto no Anexo I da presente portaria.

2 – O encerramento de Totais Admissíveis de Captura e quotas atribuídas a qualquer espécie, implica a proibição imediata, também no que respeita à pesca lúdica, da captura, manutenção a bordo, o desembarque e transporte de exemplares da mesma.

Artigo 7.º

Infrações

As infrações ao disposto na presente portaria são punidas de acordo com o estabelecido no Capítulo XII do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2010/A, de 9 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 6 de junho, no Capítulo X do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, de 2 de abril, e no Capítulo VI do Decreto Legislativo Regional n.º 9/2007/A, de 19 de abril, as infrações cometidas.

Artigo 8.º

Norma revogatória

São revogados, a Portaria n.º 1/2010, de 18 de janeiro, na redação dada pela Declaração de Retificação n.º 1/2010 de 25 de janeiro e os artigos 14.º e 15.º da Portaria n.º 1/2014, de 10 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 44/2014, de 8 de julho.

Artigo 9.º

Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Anexo I**Tamanhos mínimos**

Nome Comum	Nome científico	Tamanho mínimo de captura
------------	-----------------	---------------------------



JORNAL OFICIAL

<i>Peixes</i>		
Besugo	<i>Pagellus acarne</i>	180 mm
Boca-negra	<i>Helicolenus dactylopterus dactylopterus</i>	270 mm
Boga	<i>Boops boops</i>	150 mm
Congro / Safio	<i>Conger conger</i>	1.400 mm
Goraz / Peixão	<i>Pagellus bogaraveo</i>	330 mm
Pargo	<i>Pagrus pagrus</i>	300 mm
Raia	<i>Raja</i> spp. e <i>Leucoraja</i> spp.	520 mm
Salema	<i>Sarpa salpa</i>	180 mm
Salmonete	<i>Mullus surmuletus</i>	150 mm
Sargo	<i>Diplodus</i> spp.	150 mm
Alfonsim	<i>Beryx splendens</i>	300 mm
Imperador	<i>Beryx decadactylus</i>	350 mm
<i>Crustáceos</i>		
Cavaco	<i>Scyllarides latus</i>	77 mm
Santola	<i>Maja brachydactila</i>	100 mm
<i>Moluscos</i>		
Lapa-brava	<i>Patella aspera</i>	50 mm
Lapa-mansa	<i>Patella candei gomesii</i>	30 mm

Anexo II

Períodos de defeso

Nome Comum	Nome científico	Período de defeso
<i>Revogado</i>		
<i>Revogado</i>	<i>Revogado</i>	<i>Revogado</i>
<i>Crustáceos</i>		
Cavaco	<i>Scyllarides arcturus</i>	1 de maio a 31 de agosto
Cavaco-anão	<i>Scyllarides latus</i>	
Lagosta	<i>Palinurus elephas</i>	1 de outubro a 31 de março
Santola	<i>Maja brachydactila</i>	
<i>Moluscos</i>		



Amêijoia-boia	<i>Ruditapes decussatus</i>	15 de maio a 15 de agosto
Lapa-brava	<i>Patella aspera</i>	1 de outubro a 30 de abril
Lapa-mansa	<i>Patella candei gomesii</i>	

Anexo III**Medição do tamanho dos organismos marinhos**

Figura 1:

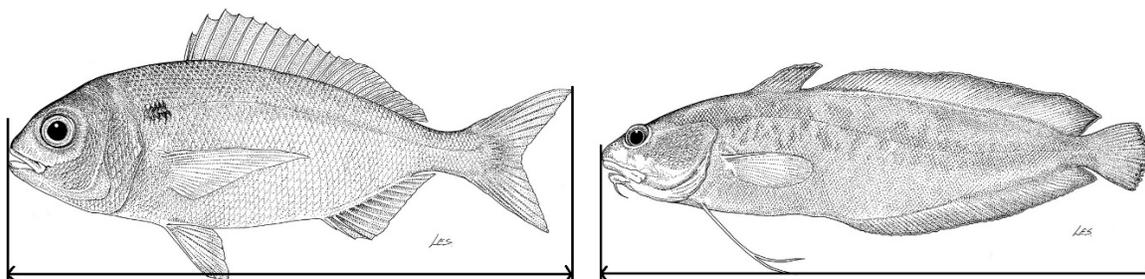


Figura 2:

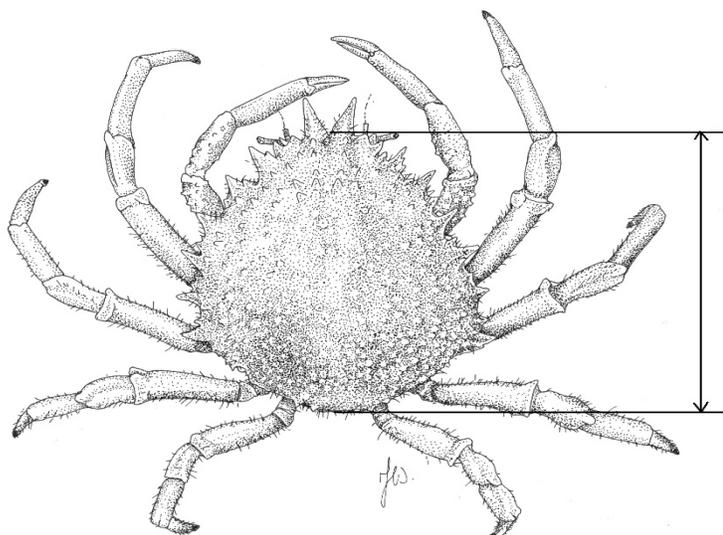


Figura 3:

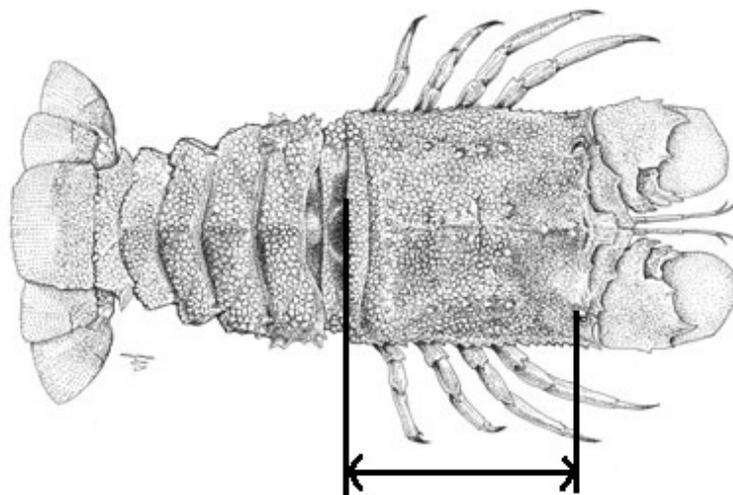
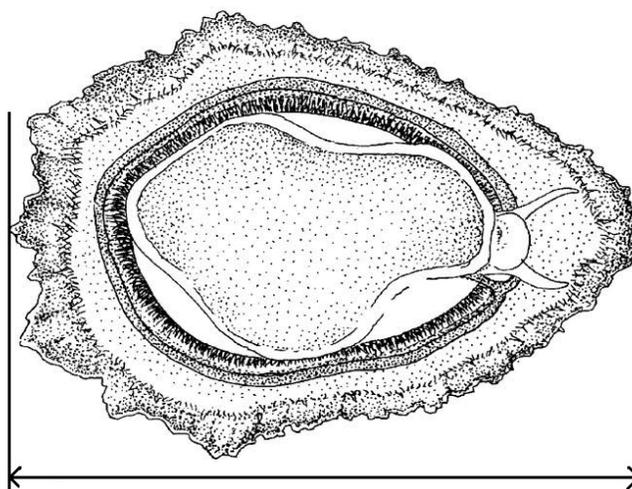


Figura 4:



Créditos de imagens: Fishpics – IMAR-DOP/UAç

**JORNAL OFICIAL****S.R. AGRICULTURA E FLORESTAS**
Portaria n.º 14/2017 de 31 de Janeiro de 2017

Considerando o Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece o financiamento, a gestão e o acompanhamento da Política Agrícola Comum;

Considerando o Regulamento Delegado (UE) n.º 640/2014 da Comissão, de 11 de março de 2014, que completa o Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito ao sistema integrado de gestão e de controlo e às condições de recusa ou retirada de pagamentos, bem como às sanções administrativas aplicáveis aos pagamentos diretos, ao apoio ao desenvolvimento rural e à condicionalidade;

Considerando o Regulamento de Execução (UE) n.º 809/2014 da Comissão, de 17 de julho de 2014, que estabelece as normas de execução do Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito ao sistema integrado de gestão e controlo, às medidas de desenvolvimento rural e à condicionalidade;

Considerando o Regulamento (UE) n.º 1307/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro que estabelece regras para os pagamentos diretos aos agricultores ao abrigo de regimes de apoio no âmbito da Política Agrícola Comum;

Considerando que foi aprovada, pela Comissão, a 29 de junho de 2016, a alteração que reduz de seis para cinco meses o período de retenção dos animais do prémio à vaca leiteira;

Considerando que foram aprovadas, pela Comissão, a 14 de dezembro de 2016, as restantes alterações solicitadas ao Programa POSEI – Portugal para os Açores, aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2017;

Considerando que foram publicados, no início do ano de 2016, os regulamentos que dão execução na Região Autónoma dos Açores ao previsto no artigo 24.º da Portaria n.º 169/2015, de 4 de junho;

Considerando que da aplicação dos regimes previstos na Portaria n.º 162/2015, de 28 de dezembro, surgiu a necessidade de proceder a alguns ajustamentos mais consentâneos com os objetivos pretendidos;

Manda o Governo Regional, pelo Secretário Regional da Agricultura e Florestas, nos termos da alínea d) do artigo 90.º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores o seguinte:

Artigo 1.º**Alteração da Portaria n.º 162/2015, de 28 de dezembro**

**JORNAL OFICIAL**

São alterados os artigos 3.º, 4.º, 6.º, 9.º, 13.º, 14.º, 16.º, 19.º, 20.º, 21.º, 22.º, 23.º, 25.º, 26.º, 27.º, 28.º, 30.º, 32.º, 48.º, 49.º, 51.º, 53.º, 54.º, 55.º, 56.º, 58.º, 61.º, 66.º, 67.º, 68.º, 69.º, 70.º, 71.º, 72.º, 74.º, 79.º, 81.º e anexo III todos da Portaria n.º 162/2015, de 28 de dezembro, que estabelece as normas de aplicação das medidas a favor das produções animais e vegetais na Região Autónoma dos Açores (RAA), que passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 3.º

[...]

[...]

a) [...]

b) «Agricultor ativo» - todo o agricultor, com exceção daqueles que exerçam as atividades de gestão de aeroportos, de empresas de caminhos-de-ferro, de sistemas de distribuição de água, de empresas imobiliárias, de terrenos desportivos e recreativos permanentes, expressas nas atividades económicas (CAE) identificadas no anexo I da presente portaria e que dela faz parte integrante, a não ser que:

i) Tenham recebido no ano anterior um montante não superior a 5.000 € de pagamentos diretos; ou

ii) O montante anual dos pagamentos diretos efetuados corresponda, no mínimo, a 5 % das receitas totais que obtiveram de atividades não agrícolas no último ano fiscal para o qual existam provas disponíveis; ou

iii) As receitas totais obtidas das atividades agrícolas no exercício fiscal mais recente, para o qual se encontrem disponíveis provas, representem pelo menos um terço das receitas totais; ou

iv) A atividade principal ou o objeto social consista no exercício de uma atividade agrícola.

c) [...]

d) [...]

e) [...]

f) [...]

g) «Banana comercializada» - quantidade de banana objeto de emissão de uma fatura por parte do beneficiário da ajuda, com registo do número de identificação fiscal do cliente;

h) [anterior alínea g)]

i) «Cedência da exploração»: venda, arrendamento ou qualquer outro tipo similar de operação relativamente à totalidade das unidades de produção em causa;

**JORNAL OFICIAL**

- j) «Cedente»: beneficiário cuja exploração é cedida a outro beneficiário;
- k) «Cessionário»: beneficiário a quem é cedida a exploração;
- l) [Anterior alínea h)]
- m) [Anterior alínea i)]
- n) [Anterior alínea j)]
- o) [Anterior alínea k)]
- p) [Anterior alínea l)]
- q) [Anterior alínea m)]
- r) [Anterior alínea n)]
- s) [Anterior alínea o)]
- t) «Período de retenção» – o período durante o qual um animal declarado ou um animal potencialmente elegível tem de ser mantido na exploração, ou na unidade de produção, a que o animal declarado se encontra associado;
- u) [Anterior alínea q)]
- v) [Anterior alínea r)]
- w) [Anterior alínea s)]
- x) [Anterior alínea t)]
- y) [Anterior alínea u)]
- z) [Anterior alínea v)]
- aa) [Anterior alínea w)]
- bb) [Anterior alínea x)]
- cc) [Anterior alínea y)]

Artigo 4.º

[...]

1. Todos os agricultores ativos que recebam ajudas ao abrigo da presente portaria têm de cumprir, obrigatoriamente, os requisitos legais de gestão nos domínios do ambiente, alterações climáticas e boas condições agrícolas das terras, saúde pública, saúde animal e fitossanidade e bem-estar dos animais, constantes do anexo II do Regulamento (UE) n.º 1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro.

2. [...]



3. [...]

Artigo 6.º

[...]

1. [...]

2. [Revogado]

3. [...]

4. Para beneficiar do prémio os animais estão sujeitos a um período de retenção, na exploração, de cinco meses consecutivos, compreendido entre 1 de fevereiro e 30 de junho do ano para o qual o pedido de ajuda é válido.

5. [...]

6. [...]

Artigo 9.º

[...]

1. Sem prejuízo do disposto nas Portarias que estabelecem as regras de atribuição de direitos individuais de aleitantes, estes são pertença do agricultor que os pode transacionar, quer através de transferências definitivas para outros agricultores, com ou sem transferência da exploração, quer através de uma cedência temporária.

2. [...]

3. [...]

4. [...]

5. [...]

6. [...]

7. As transferências e cedências de direitos individuais têm que ser solicitadas entre 1 de outubro e 31 de dezembro, do ano anterior à sua utilização, exceto nos casos de força maior ou circunstâncias excepcionais que ocorram até ao início do período de retenção, aplicando-se para o efeito o disposto no artigo 78.º.

Os pedidos de transferência são submetidos pelos interessados nos termos do artigo 51.º com as necessárias adaptações.

8. [...]

9. [...]

10. [...]

**JORNAL OFICIAL**

Artigo 13.º

[...]

1. São elegíveis ao prémio os bovinos abatidos no ano civil para o qual o pedido de ajuda é válido e que possuam mais de 30 dias de idade.

2. [...]

3. Em derrogação do número anterior, para os bovinos abatidos com idade superior a 30 dias e inferior a dois meses, o período de retenção é de 15 dias consecutivos.

4. Só são elegíveis os animais cujo período compreendido entre a data de saída da exploração e a data do abate seja inferior a dois meses.

5. [...]

Artigo 14.º

[...]

1. [...]

a) [...]

b) [...]

2. [...]

a) 190 Euros para os bovinos machos abatidos com idade igual ou superior a sete meses e inferior a 12 meses;

b) [...]

3. [...]

4. [...]

5. [...]

6. [...]

7. [...]

Artigo 16.º

[...]

1. São elegíveis ao prémio as ovelhas e as cabras que tenham pelo menos um ano.

2. Para beneficiarem do prémio os agricultores têm que possuir, pelo menos, dez animais elegíveis, independentemente da espécie.

**JORNAL OFICIAL**

3. Para beneficiar do prémio os animais estão sujeitos a um período de retenção, na exploração, de 5 meses consecutivos compreendido entre 1 de fevereiro e 30 de junho do ano para o qual o pedido de ajuda é válido.

4. Para o cálculo dos animais declarados é considerado o menor número de ovelhas de carne e o menor número de ovelhas de leite e cabras, potencialmente elegíveis, obtidos nas contagens diárias efetuadas à base de dados SNIRA, durante o período de retenção.

Artigo 19.º**[...]**

1. [...]

2. Para beneficiar do prémio os animais estão sujeitos a um período de retenção, na exploração, de cinco meses consecutivos compreendido entre 1 de fevereiro e 30 de junho do ano para o qual o pedido de ajuda é válido.

3. [...]

Artigo 20.º**[...]**

1. O montante do prémio é de:

a) 190 Euros por vaca leiteira elegível numa unidade de produção situada nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo;

b) 145 Euros por vaca leiteira elegível numa unidade de produção situada nas ilhas de S. Miguel e Terceira.

2. [...]

3. [...]

Artigo 21.º**[...]**

Podem beneficiar da presente ajuda os agricultores ativos que procedam à expedição de bovinos para o exterior da RAA.

Artigo 22.º**[...]**

1. Os bovinos expedidos para o exterior da RAA, elegíveis à ajuda, no ano civil para o qual o pedido de ajuda é válido, são:

a) [...]



b) [...]

2. Para beneficiar desta ajuda os animais têm de ter nascido na RAA e permanecido na posse do agricultor durante o período de retenção de três meses consecutivos.

3. Só são elegíveis os animais cujo período compreendido entre a data de saída da exploração e a data da expedição seja inferior a dois meses.

Artigo 23.º

[...]

1. [...]

2. É atribuído um suplemento à ajuda no montante de 130 euros aos bovinos machos expedidos com idade igual ou superior a sete meses e inferior a 18 meses.

3. [...]

4. [...]

5. [...]

Artigo 25.º

[...]

1. A concessão do prémio está sujeita à posse de uma produção máxima elegível pelo agricultor.

2. [Anterior n.º 1]

3. Para determinação da quantidade de leite de vaca cru entregue, são tidas em consideração as declarações efetuadas pelos primeiros compradores, nos termos do Decreto-Lei n.º 189/2015, de 8 de setembro.

4. [Anterior n.º 3]

5. Os valores da quantidade de leite são truncados à unidade.

Artigo 26.º

Transferência de entregas e vendas diretas de leite

1. Se, antes da apresentação do pedido de ajuda ao prémio aos produtores de leite, uma exploração, ou as vacas leiteiras registadas no SNIRA, forem totalmente cedidas a um ou mais cessionários, as entregas e vendas diretas efetuadas pelo cedente são transferidas para o(s) cessionário(s), se este(s) apresentar(em) à autoridade competente:

**JORNAL OFICIAL**

a) Uma declaração do cedente que ateste a transferência de entregas e vendas diretas de leite, exceto nos casos de força maior e circunstâncias excepcionais previstos no artigo 78.º em que deverá apresentar os pertinentes elementos de prova;

b) A identificação fiscal do(s) cedente(s).

2. Logo que o cessionário informe a autoridade competente em conformidade com o número anterior:

a) [...]

b) [...]

Artigo 27.º

[...]

1. O montante do prémio é calculado multiplicando a quantidade de leite de vaca cru com o teor efetivo de matéria gorda, objeto de entregas ou vendas diretas efetuadas no ano civil anterior à apresentação do pedido de ajuda, expressa em toneladas até às milésimas, por 35 euros.

2. [...]

3. [...]

4. [...]

Artigo 28.º

[...]

Podem beneficiar da presente ajuda os agricultores ativos que cultivem milho, sorgo e/ou luzerna.

Artigo 30.º

[...]

[...]:

a) Reúnam uma área total mínima elegível de 0,30 hectares de milho, sorgo e/ou luzerna;

b) [...]

c) [...]

d) [...]

Artigo 32.º

**JORNAL OFICIAL**

[...]

Podem beneficiar da presente ajuda os agricultores ativos que cultivem beterraba sacarina e/ou chá.

Artigo 48.º

[...]

1. [...]:

a) As quantidades de banana comercializada objeto de ajuda têm de possuir um certificado de conformidade, com indicação do produto e peso líquido discriminado em quilogramas;

b) [...]

2. [...].

Artigo 49.º

[...]

1. [...]:

a) [...];

b) [...];

c) Dispor de cópia dos comprovativos de liquidação das faturas da banana comercializada.

2. Os comprovativos referidos na alínea c) do número anterior devem ter como data limite o dia 31 de março do ano de apresentação do pedido de ajuda.

3. A liquidação das faturas da banana comercializada está limitada ao recebimento por transferência bancária e por cheque

No caso dos beneficiários com contabilidade organizada é ainda admissível o recebimento em numerário.

4. Quando o recebimento da banana comercializada ocorrer nos termos do segundo parágrafo do número anterior a verificação da alínea c) do n.º 1 será feita pelos registos contabilísticos.

5. [Anterior n.º 2]

Artigo 51.º

[...]

1. Para beneficiarem dos prémios e ajudas previstos nesta portaria os interessados devem submeter anualmente os pedidos de ajuda, documentos ou declarações que sejam constitutivos da sua elegibilidade, por transmissão eletrónica de dados, através da recolha



informática direta nos Serviços de Desenvolvimento Agrário de Ilha, e autenticá-los com a senha atribuída para o efeito.

2. [...]
3. [Revogado]
4. [Revogado]

Artigo 53.º

[...]

1. [Revogado].
2. [...]
3. [...]
- a) [...]
- b) A(s) declaração(ões) de transferência de entregas e vendas diretas de leite e o(s) número(s) de identificação fiscal do(s) cedente(s), quando aplicável;
- c) [...]
4. [...]
5. [...]
6. [...]

Artigo 54.º

[...]

1. A declaração da totalidade da superfície da exploração deve ser apresentada anualmente nos termos do artigo 51.º.
2. [...]
3. Nos casos em que o agricultor não proceda à apresentação da declaração, identificada no n.º 1 do presente artigo, ou quando se verifique ser nula a totalidade da superfície agrícola declarada, os pedidos de ajuda submetidos a título do mesmo ano são recusados, sem prejuízo do disposto no segundo parágrafo do n.º 2 do artigo 78.º.

Artigo 55.º

[...]

As datas de apresentação dos pedidos de ajuda, a título de um determinado ano, e da declaração da totalidade da superfície da exploração são fixadas pela Direção Regional com

**JORNAL OFICIAL**

competência na matéria, e divulgadas na área pública do sítio da Internet do POSEI, em <http://posei.azores.gov.pt>.

Artigo 56.º

[...]

Sempre que a data final para apresentação de pedidos de ajuda, documentos ou declarações que sejam constitutivos da elegibilidade para a ajuda, de alteração de pedidos de ajuda ou dos pedidos de transferência e cedências de direitos individuais de aleitantes seja um feriado, um sábado ou um domingo, considera-se que essa data é a do primeiro dia útil seguinte.

O disposto no primeiro parágrafo aplica-se igualmente à última data possível para a apresentação tardia a que se refere o n.º 2 do artigo 57.º da presente portaria.

Artigo 58.º

Alterações à declaração da exploração e aos pedidos de ajuda

1. São permitidas alterações relativamente a parcelas agrícolas ainda não declaradas no plano de exploração ou no pedido de ajuda, que podem ser acrescentadas, e alterações no que respeita à utilização ou ao regime, relativamente a parcelas agrícolas já declaradas, desde que sejam respeitados todos os requisitos previstos nos regimes de ajudas em causa.

2. [...]

3. [...]

4. [...]

5. [...]

Artigo 61.º

[...]

1. Após a verificação dos documentos que sejam constitutivos da elegibilidade para a ajuda e uma vez determinado o seu montante, a autoridade competente pagará as ajudas a título de um determinado ano civil no máximo em duas prestações, no período compreendido entre 1 de dezembro do ano em curso e 30 de junho do ano seguinte.

2. Podem ser efetuados adiantamentos até 50%, entre 16 de outubro e 30 de novembro.

Artigo 66.º

[...]

1. [...]

2. [...]

3. [...]

**JORNAL OFICIAL**

4. Os relatórios de controlo no local são disponibilizados aos beneficiários na área reservada do sítio da internet do IFAP I.P., em www.ifap.pt e no portal do beneficiário, em <http://beneficiario-srrn.azores.gov.pt>. Para o efeito, os beneficiários são notificados que o relatório está disponível por mensagem de correio eletrónico ou por carta registada.

5. [Revogado]

Artigo 67.º

[...]

Se as informações declaradas no âmbito dos pedidos de ajuda diferirem das constatadas durante os controlos administrativos e no local, a autoridade competente aplica reduções e exclusões da ajuda.

No caso do prémio à Vaca Aleitante, Prémio ao Abate de Bovinos, Prémio à Vaca Leiteira, Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos e Ajuda ao Escoamento de Jovens Bovinos dos Açores os animais potencialmente elegíveis que não estejam corretamente identificados ou registados no sistema de identificação e registo de animais são contabilizados como animais em relação aos quais foram constatados incumprimentos.

Artigo 68.º

[...]

1. [...]

2. [...]

3. [...]

4. [Revogado]

Artigo 69.º

[...]

1. [...]

2. [...]

3. Se a diferença for superior a 50 % da superfície determinada, não é concedida a ajuda para o grupo de culturas em causa. Além disso, o beneficiário é objeto de uma sanção adicional no montante da ajuda correspondente à diferença entre a superfície declarada e a superfície determinada para o grupo de culturas em causa.

Se o montante calculado não puder ser totalmente deduzido nos três anos seguintes ao ano em que a diferença seja detetada, o saldo é anulado.

**JORNAL OFICIAL**

4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, considera-se a superfície determinada como sendo igual à declarada se a diferença entre a superfície declarada e a superfície determinada para um grupo de culturas for inferior ou igual a:

a) 0,10 ha para a Ajuda aos Produtores de Culturas Arvenses, Ajuda à Manutenção da Vinha, Ajuda aos Produtores de Hortofrutícolas, Flores de Corte e Plantas Ornamentais e Ajuda aos Produtores de Culturas Tradicionais;

b) 0,01 ha para a Ajuda aos Produtores de Tabaco;

c) 0,001 ha para a Ajuda aos Produtores de Ananás.

Com exceção dos casos em que a diferença entre a superfície declarada e a superfície determinada represente mais do que 20% da superfície declarada.

5. [...]

Artigo 70.º

[...]

1. [...]

2. [...]

a) Se a diferença for igual ou inferior a 20% da quantidade determinada, a ajuda é calculada com base na quantidade determinada;

b) Se a diferença for superior a 20%, mas inferior ou igual a 50% da quantidade determinada a ajuda é calculada com base na quantidade determinada, diminuída do dobro da diferença verificada;

c) Se a diferença for superior a 50% da quantidade determinada, não é concedida qualquer ajuda.

3. O incumprimento do disposto nas alíneas a) e b) do número 1 e alínea a) do número 5 do artigo 49.º da presente portaria, é motivo de exclusão do pagamento da ajuda.

4. O não cumprimento do disposto nas alíneas b) e c) do número 5 do artigo 49.º da presente portaria, é motivo de suspensão do pagamento da ajuda, a título dos anos seguintes, até que satisfaçam com as obrigações relativas ao pedido de ajuda em que se verificaram os incumprimentos mencionados.

5. Só são consideradas para efeitos de pagamento as quantidades de banana comercializada que disponham dos comprovativos previstos na alínea c) do n.º 1 e cumpram com o disposto no n.º 2, ambos do artigo 49.º.

Artigo 71.º

[...]

**JORNAL OFICIAL**

1. No caso do prémio à vaca aleitante, o número de animais elegíveis é limitado pelo número de direitos individuais detidos pelo agricultor e no caso do prémio aos produtores de leite, a quantidade de leite elegível é limitada à produção máxima elegível detida pelo agricultor.

2. No caso do prémio aos produtores de leite, não pode ser concedida ajuda relativamente a uma quantidade de leite superior à indicada no pedido de ajuda.

3. [...]

4. [...]:

a) [...];

b) [...].

c) [Revogado];

d) [Revogado].

Em caso de erros manifestos reconhecidos pela autoridade competente, as inscrições no sistema de identificação e registo de bovinos e respetivas notificações podem ser corrigidas em qualquer momento.

Artigo 72.º

[...]

1. [...]

2. [Revogado]

3. As ovelhas e cabras que sejam objeto de pedido de ajuda, em conformidade com a Secção III, do capítulo II, podem ser substituídas, durante o período de retenção, sem perda do direito ao pagamento das ajudas pedidas.

No caso de um agricultor apresentar um pedido de ajuda tanto para ovelhas de leite como para cabras, as ovelhas de leite podem ser substituídas por cabras e estas por ovelhas de leite.

4. As substituições previstas no presente artigo devem ocorrer no prazo máximo de 15 dias úteis após o evento que lhe deu origem e ser comunicadas ao SNIRA.

Artigo 74.º

[...]

Sempre que a quantidade total declarada, de entregas e vendas de leite, exceder a determinada, e se a diferença for superior a 20% e inferior ou igual a 50 % da quantidade determinada, o montante do prémio aos produtores de leite é calculado com base na quantidade determinada diminuída do dobro da diferença verificada.

**JORNAL OFICIAL**

Se a diferença for superior a 50% da quantidade determinada não é concedida qualquer ajuda.

Artigo 79.º

[...]

1. Os pagamentos das medidas a favor das produções animais e vegetais estão sujeitos aos limites orçamentais fixados pela Direção Regional com competência na matéria, e divulgados na área pública do sítio da Internet do POSEI, em <http://posei.azores.gov.pt>.

2. [...]

Artigo 81.º

Normas de direito transitório formal

1. [...]

2. [...]

3. O artigo 5.º da Portaria n.º 99/2013, de 30 de dezembro, aplica-se, para efeitos de elegibilidade dos beneficiários dos pedidos de ajuda à banana, ao reconhecimento das organizações de produtores, até 31 de dezembro de 2016.

Anexo III

[...]

Angler Rotvieh (Angeln), Red Dansk Maelkerace (RMD);

Ayreshire;

Armoricaïne;

Bretonne Pie Noire;

Fries-Hollandsd (FH), Française Frisonne Pie Noire (FFPN), Friesian-Holstein, Holstein, Black and White Friesian, Red and White Friesian, Frisona Española, Frisona Italiana, Zwartbonten van Belgie/Pie Noire de Belgique, Sortbroget Dansk Maelkerace (SDM), Deutsche Schwarzbunte; Schwarzbunte Milchrasse (SMR);

Groninger Blaarkop;

Guernsey;

Jersey;

Malkeborhorn;

Reggiana;



Valdostana Nera;
Itasuomenkarja;
Lansisuomenkarja;
Pohjoissuomenkarja;
Montbeliarde;
Swedish Red.”

Artigo 2.º

Aditamentos à Portaria n.º 162/2015, de 28 de dezembro

São aditados os artigos 4 – A e 25 – A, à Portaria n.º 162/2015, de 28 de dezembro, com a seguinte redação:

“Artigo 4.º - A

Cedência de explorações

1. Se, após a apresentação de um pedido de ajuda, e antes do cumprimento de todos os requisitos para a concessão da ajuda, uma exploração for cedida por um beneficiário a outro, não pode ser concedida qualquer ajuda ao cessionário a título da exploração cedida.

2. As ajudas são concedidas ao cedente se:

a) O cedente apresentar a comunicação da cedência da exploração, no prazo máximo de 15 dias após a cedência;

b) O cedente apresentar uma declaração do cessionário em que este assume as obrigações do cedente relativamente às ajudas em causa;

c) Forem cumpridos todos os requisitos para a concessão das ajudas a título da exploração cedida.

3. A partir do momento em que ocorre a cedência da exploração:

a) Todas obrigações do cedente, decorrentes das relações jurídicas geradas pelos pedidos de ajudas entre o cedente e a autoridade competente, são transferidas para o cessionário;

b) O cessionário sub-roga-se ao cedente relativamente a todas as ações necessárias para a concessão das ajudas e todas as declarações feitas pelo cedente antes da cedência, para efeitos da aplicação da presente portaria;

c) A exploração cedida deve, se for caso disso, ser considerada uma exploração separada, relativamente ao exercício em causa.

Artigo 25.º - A

**JORNAL OFICIAL****Transferências de produção máxima elegível**

1. O detentor de produção máxima elegível pode transferi-la, total ou parcialmente, de forma definitiva ou temporária, para outros agricultores, por mútuo acordo.

2. O pedido de transferência da produção máxima elegível deve ser formalizado nos termos do artigo 51.º, com as necessárias adaptações, durante o período compreendido entre o dia 1 de janeiro e a data de submissão dos respetivos pedidos de ajuda ao prémio aos produtores de leite a efetuar pelos requerentes, para o ano em causa.

3. O pedido de transferência só é aceite se o novo titular estiver registado no sistema de identificação de beneficiários e se tiver efetuado entregas ou vendas diretas de leite no ano anterior ao da submissão do pedido de transferência.

Em derrogação do disposto no parágrafo anterior, quando o novo titular seja cessionário numa transferência efetuada nos termos do artigo 26.º são consideradas as entregas e vendas diretas de leite efetuadas pelo cedente.

4. As transferências previstas neste artigo carecem de autorização da Direção Regional com competência na matéria.

Artigo 3.º**Revogação integral e não substitutiva**

São revogados os artigos 7.º, 10.º, 29.º, 76.º e anexo II da Portaria n.º 162/2015, de 28 de dezembro.

Artigo 4.º**Norma revogatória**

São revogados, da presente portaria:

- a) O n.º 2 do artigo 6.º;
- b) O n.º 3 e 4 do artigo 51.º;
- c) O n.º 1 do artigo 53.º;
- d) O n.º 5 do artigo 66.º;
- e) O n.º 4 do artigo 68.º;
- f) As alíneas c) e d) do n.º 4 do artigo 71.º;
- g) O n.º 2 do artigo 72.º.

Artigo 5.º**Normas de direito transitório material**

**JORNAL OFICIAL**

Aos candidatos ao Prémio aos Produtores de Leite em 2016 é atribuída uma produção máxima elegível correspondente a 95% das entregas e vendas diretas consideradas no ano civil 2015.

Para os pedidos de ajuda apresentados em 2016, com enquadramento no artigo 26.º da Portaria n.º 162/2015, de 28 de dezembro, são também consideradas as quantidades de entregas e vendas diretas de leite do cedente.

Artigo 6.º

Normas de direito transitório formal

Os pedidos de ajuda ao Prémio à Vaca Aleitante, ao Prémio ao Abate de Bovinos, ao Prémio à Vaca Leiteira e à Ajuda ao Escoamento de Jovens Bovinos dos Açores submetidos no ano 2016, transitam para o presente regime, mantendo-se válidos para o ano 2017, desde que o agricultor não manifeste intenção em contrário.

Artigo 7.º

Republicação da Portaria n.º 162/2015, de 28 de dezembro

É republicada em anexo à presente Portaria, dela fazendo parte integrante, a Portaria n.º 162/2015, de 28 de dezembro.

Artigo 8.º

Entrada em vigor e produção de efeitos

A presente portaria entra em vigor e produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação, exceto o previsto nas alíneas abaixo indicadas:

a) Produzem efeitos a 1 de janeiro de 2016 as seguintes alterações:

i) À alínea b) do artigo 3.º;

ii) Ao n.º 2 do artigo 19.º;

iii) Aos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 22.º;

iv) Ao n.º 3 do artigo 81.º.

b) Produzem efeitos a 1 de junho de 2017 as seguintes alterações:

i) Ao artigo 55.º;

ii) Ao artigo 79.º.

Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.

Assinada em 27 de janeiro de 2017.

O Secretário Regional da Agricultura e Florestas, *João António Ferreira Ponte*.

**JORNAL OFICIAL**

Anexo

Republicação da Portaria n.º 162/2015, de 28 de dezembro

Capítulo I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

A presente portaria estabelece as normas de aplicação das medidas a favor das produções animais e vegetais na Região Autónoma dos Açores (RAA), abrangendo:

a) Prémios às Produções Animais:

i) Prémio à Vaca Aleitante;

ii) Prémio ao Abate de Bovinos;

iii) Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos;

iv) Prémio à Vaca Leiteira;

v) Ajuda ao Escoamento de Jovens Bovinos dos Açores;

vi) Prémio aos Produtores de Leite.

b) Ajudas às Produções vegetais:

i) Ajuda aos Produtores de Culturas Arvenses;

ii) Ajuda aos Produtores de Culturas Tradicionais;

iii) Ajuda à Manutenção da Vinha Orientada para a Produção de Vinhos com Denominação de Origem e Vinhos com Indicação Geográfica;

iv) Ajuda aos Produtores de Ananás;

v) Ajuda aos Produtores de Hortofrutícolas, Flores de Corte e Plantas Ornamentais;

vi) Ajuda aos Produtores de Tabaco;

vii) Ajuda à Banana.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

A presente portaria aplica-se aos agricultores com exploração situada no território da RAA.

Artigo 3.º



Definições

Para efeitos da presente portaria entende-se por:

a) «Agricultor» – a pessoa singular ou coletiva ou o grupo de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja o estatuto jurídico que o direito nacional confira ao grupo e aos seus membros, e que exerça uma atividade agrícola;

b) «Agricultor ativo» - todo o agricultor, com exceção daqueles que exerçam as atividades de gestão de aeroportos, de empresas de caminhos-de-ferro, de sistemas de distribuição de água, de empresas imobiliárias, de terrenos desportivos e recreativos permanentes, expressas nas atividades económicas (CAE) identificadas no anexo I da presente portaria e que dela faz parte integrante, a não ser que:

i) Tenham recebido no ano anterior um montante não superior a 5.000 € de pagamentos diretos; ou

ii) O montante anual dos pagamentos diretos efetuados corresponda, no mínimo, a 5 % das receitas totais que obtiveram de atividades não agrícolas no último ano fiscal para o qual existam provas disponíveis; ou

iii) As receitas totais obtidas das atividades agrícolas no exercício fiscal mais recente, para o qual se encontrem disponíveis provas, representem pelo menos um terço das receitas totais; ou

iv) A atividade principal ou o objeto social consista no exercício de uma atividade agrícola.

c) «Animal declarado» - animal objeto de pedido de ajuda ao abrigo de um dos prémios às produções animais;

d) «Animal determinado» - um animal identificado através de controlos administrativos ou no local;

e) «Animal potencialmente elegível» - um animal que, em princípio, pode satisfazer os critérios de elegibilidade para beneficiar de um dos prémios às produções animais;

f) «Atividade agrícola» – a produção, criação ou cultivo de produtos agrícolas, incluindo a colheita, ordenha, criação de animais e a detenção de animais para fins de produção, ou a manutenção de uma superfície agrícola num estado que a torne adequada para pastoreio ou cultivo sem ação preparatória especial para além dos métodos e máquinas agrícolas habituais;

g) «Banana comercializada» - quantidade de banana objeto de emissão de uma fatura por parte do beneficiário da ajuda, com registo do número de identificação fiscal do cliente;

h) «Cabra» – qualquer fêmea de espécie caprina que tenha pelo menos um ano;

i) «Cedência da exploração»: venda, arrendamento ou qualquer outro tipo similar de operação relativamente à totalidade das unidades de produção em causa;

**JORNAL OFICIAL**

- j) «Cedente» - beneficiário cuja exploração é cedida a outro beneficiário;
- k) «Cessionário» - beneficiário a quem é cedida a exploração;
- l) «Empresa de primeira transformação de tabaco» - qualquer pessoa singular ou coletiva aprovada, que realize a primeira transformação do tabaco em rama e explore, em nome próprio e por conta própria, um ou mais estabelecimentos de primeira transformação de tabaco dotados de instalações e equipamentos adequados a esse fim;
- m) «Entrega de leite» - qualquer entrega de leite de vaca cru, efetuada a um primeiro comprador registado, independentemente do facto de o transporte ser assegurado pelo produtor, pelo comprador, por uma empresa de tratamento ou de transformação destes produtos ou por terceiros;
- n) «Exploração» – o conjunto de unidades produção utilizadas para atividades agrícolas, e geridas por um agricultor;
- o) «Grupo de culturas» - o conjunto das superfícies declaradas para efeitos de uma ajuda às produções vegetais, relativamente ao qual é aplicável uma taxa de ajuda diferente;
- p) «Novilha» – uma fêmea da espécie bovina a partir de oito meses de idade que ainda não tenha parido;
- q) «Organização de produtores» - organização de produtores reconhecida nos termos da legislação aplicável;
- r) «Ovelha» – qualquer fêmea de espécie ovina que tenha pelo menos um ano;
- s) «Parcela agrícola» – Uma superfície contínua de terras, declarada por um único agricultor, com um único grupo de culturas;
- t) «Período de retenção» – o período durante o qual um animal declarado ou um animal potencialmente elegível tem de ser mantido na exploração, ou na unidade de produção, a que o animal declarado se encontra associado;
- u) «Primeira transformação de tabaco» - a transformação de tabaco em rama, entregue por um agricultor, num produto estável, armazenado e acondicionado em fardos ou em pacotes homogêneos de qualidade correspondente às exigências dos utilizadores finais (manufaturas);
- v) «Primeiro comprador de leite» - a pessoa singular ou coletiva que adquire aos produtores de leite de vaca cru para tratamento ou transformação ou para ceder a terceiros para tratamento ou transformação;
- w) «Produtor de leite» - a pessoa singular ou coletiva, cuja exploração se situe na Região Autónoma dos Açores, que produz leite de vaca e o entregue a um primeiro comprador registado ou o venda diretamente;

**JORNAL OFICIAL**

x) «Superfície determinada» - superfície de terrenos ou parcelas identificada através de controlos administrativos ou no local;

y) «Superfície forrageira» – superfície da exploração disponível durante todo ano para alimentação do gado bovino, ovino e caprino. A superfície forrageira inclui áreas de utilização coletiva e de pastoreio sob coberto. Estão excluídas do conceito de superfícies forrageiras, as superfícies afetadas a edifícios, bosques/florestas, lagos, estradas, barragens, charcas, linhas de água permanente, sapais ou culturas hortícolas permanentes;

z) «Unidade de Produção» - conjunto de parcelas, contínuas ou não, que constituem uma unidade técnico-económica caracterizada pela utilização em comum dos meios de produção, submetida a uma gestão única, independentemente do título de posse, do regime jurídico e da área ou localização;

aa) «Vaca aleitante» - qualquer fêmea de espécie bovina pertencente a uma raça de orientação “carne”, constante do anexo IV da presente portaria e que dele faz parte integrante, ou resultantes de um cruzamento com uma dessas raças, e que faça parte de uma manada destinada à criação de vitelos para produção de carne que já tenha parido pelo menos uma vez e com pelo menos uma comunicação de nascimento à base de dados do Sistema Nacional de Informação e Registo de Animais (SNIRA);

bb) «Vaca leiteira» - qualquer fêmea de espécie bovina pertencente a uma raça de orientação “leite”, constante do anexo III da presente portaria e que dele faz parte integrante, ou resultante de um cruzamento com essas raças, que já tenha parido pelo menos uma vez e com pelo menos uma comunicação de nascimento à base de dados do SNIRA;

cc) «Venda direta de leite» - qualquer venda ou cessão de leite efetuada ao consumidor, bem como qualquer venda ou cessão de outros produtos lácteos.

Artigo 4.º**Condicionabilidade**

1. Todos os agricultores ativos que recebam ajudas ao abrigo da presente portaria têm de cumprir, obrigatoriamente, os requisitos legais de gestão nos domínios do ambiente, alterações climáticas e boas condições agrícolas das terras, saúde pública, saúde animal e fitossanidade e bem-estar dos animais, constantes do anexo II do Regulamento (UE) n.º 1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro.

2. Os agricultores ativos são ainda obrigados a manter as terras em boas condições agrícolas e ambientais, definidas para a RAA e constantes do anexo III, da Portaria n.º 29/2015, de 9 de março e respetivas alterações.

3. Sempre que não sejam respeitados os requisitos legais de gestão ou as boas condições agrícolas e ambientais, em resultado de um ato ou de uma omissão diretamente imputável ao próprio agricultor, o montante total dos pagamentos diretos, a conceder no ano civil em que

**JORNAL OFICIAL**

ocorre tal incumprimento, é reduzido ou suprimido de acordo com as regras de execução estabelecidas nos termos da legislação aplicável.

Artigo 4.º - A

Cedência de explorações

1. Se, após a apresentação de um pedido de ajuda, e antes do cumprimento de todos os requisitos para a concessão da ajuda, uma exploração for cedida por um beneficiário a outro, não pode ser concedida qualquer ajuda ao cessionário a título da exploração cedida.

2. As ajudas são concedidas ao cedente se:

a) O cedente apresentar a comunicação da cedência da exploração, no prazo máximo de 15 dias após a cedência;

b) O cedente apresentar uma declaração do cessionário em que este assume as obrigações do cedente relativamente às ajudas em causa;

c) Forem cumpridos todos os requisitos para a concessão das ajudas a título da exploração cedida.

3. A partir do momento em que ocorre a cedência da exploração:

a) Todas obrigações do cedente, decorrentes das relações jurídicas geradas pelos pedidos de ajudas entre o cedente e a autoridade competente, são transferidas para o cessionário;

b) O cessionário sub-roga-se ao cedente relativamente a todas as ações necessárias para a concessão das ajudas e todas as declarações feitas pelo cedente antes da cedência, para efeitos da aplicação da presente portaria;

c) A exploração cedida deve, se for caso disso, ser considerada uma exploração separada, relativamente ao exercício em causa.

Capítulo II

Prémios às Produções Animais

Secção I

Prémio à Vaca Aleitante

Artigo 5.º

Beneficiários

Podem beneficiar do presente prémio os agricultores ativos que possuam vacas e novilhas aleitantes na sua exploração e detenham direitos individuais.

Artigo 6.º

Condições de elegibilidade

**JORNAL OFICIAL**

1. A concessão do prémio está sujeita à posse de direitos individuais pelo agricultor.

Caso o número de direitos individuais ao prémio corresponda a um número decimal o mesmo é concedido atendendo à parte decimal.

2. [Revogado]

3. As vacas e as novilhas de raças leiteiras, constantes do anexo III da presente portaria e que dela faz parte integrante, não são elegíveis para o prémio de vacas aleitantes, mesmo que tenham sido cobertas ou inseminadas por touros de raças de orientação «carne».

4. Para beneficiar do prémio os animais estão sujeitos a um período de retenção, na exploração, de cinco meses consecutivos, compreendido entre 1 de fevereiro e 30 de junho do ano para o qual o pedido de ajuda é válido.

5. São elegíveis as novilhas, num máximo de 40% dos animais elegíveis ao prémio, que sejam identificados na exploração durante o período de retenção.

Excetuam-se do parágrafo anterior as explorações com efetivos de uma vaca em que também uma novilha pode ser elegível.

6. Para o cálculo dos animais declarados é considerado o menor número de animais potencialmente elegíveis obtido nas contagens diárias efetuadas à base de dados SNIRA, durante o período de retenção.

Artigo 7.º**Fator de densidade**

[Revogado]

Artigo 8.º**Direitos individuais**

1. As candidaturas à reserva regional dos direitos ao prémio à vaca aleitante são efetuadas nos termos da respetiva legislação.

2. Se um agricultor não utilizar pelo menos 70% dos seus direitos em cada ano civil, a parte não utilizada é transferida para a Reserva Regional, exceto nos casos de força maior e circunstâncias excecionais previstos no artigo 78.º.

Artigo 9.º**Transferências e cedências de direitos individuais**

1. Sem prejuízo do disposto nas Portarias que estabelecem as regras de atribuição de direitos individuais de aleitantes, estes são pertença do agricultor que os pode transacionar, quer através de transferências definitivas para outros agricultores, com ou sem transferência da exploração, quer através de uma cedência temporária.

**JORNAL OFICIAL**

2. As cedências temporárias só podem ser feitas no máximo por três campanhas consecutivas.

3. Sempre que terminar a cedência o agricultor deve utilizar, por si próprio, a percentagem mínima de direitos, estabelecida no número 2 do artigo anterior, nos dois anos civis consecutivos ou transferi-los definitivamente.

4. Sempre que um agricultor transfira a sua exploração antes do início do período de retenção previsto no número 4 do artigo 6.º, pode transferir todos os seus direitos individuais para a pessoa que retoma a exploração.

5. O agricultor pode também transferir, total ou parcialmente, os seus direitos individuais para outros agricultores sem transferir a exploração.

6. Em caso de transferência dos direitos individuais sem transferência da exploração, 5% dos direitos transferidos são devolvidos, sem pagamento compensatório, à reserva regional para redistribuição, exceto nos casos de força maior e circunstâncias excepcionais previstos na presente portaria.

7. As transferências e cedências de direitos individuais têm que ser solicitadas entre 1 de outubro e 31 de dezembro, do ano anterior à sua utilização, exceto nos casos de força maior ou circunstâncias excepcionais que ocorram até ao início do período de retenção, aplicando-se para o efeito o disposto no artigo 78.º.

Os pedidos de transferência são submetidos pelos interessados nos termos do artigo 51.º com as necessárias adaptações.

8. As transferências previstas neste artigo carecem de autorização da Direção Regional com competência na matéria.

9. O número mínimo de direitos individuais que podem ser objeto de transferência parcial e/ou cedência temporária são:

- a) Cinco direitos para os agricultores com mais de 25 direitos;
- b) Três direitos para os agricultores que possuam entre 11 e 25 direitos;
- c) Um direito para os agricultores que tenham menos de 11 direitos;
- d) A totalidade para os agricultores que detenham menos de um direito.

10. Para efeitos dos números 4 e 6 na transferência de direitos individuais com exploração será considerada apenas a superfície forrageira.

Artigo 10.º

Exceções às transferências e cedências de direitos individuais

[Revogado]

**JORNAL OFICIAL**

Artigo 11.º

Montante do prémio

O montante do prémio é de 300 euros por animal elegível.

Secção II

Prémio ao Abate de Bovinos

Artigo 12.º

Beneficiários

Podem beneficiar do presente prémio os agricultores ativos que possuam bovinos na sua exploração e procedam ao seu abate em matadouros da RAA.

Artigo 13.º

Condições de elegibilidade

1. São elegíveis ao prémio os bovinos abatidos no ano civil para o qual o pedido de ajuda é válido e que possuam mais de 30 dias de idade.
2. Para poderem beneficiar deste prémio os animais devem ter permanecido na posse do agricultor por um período de retenção de dois meses consecutivos.
3. Em derrogação do número anterior, para os bovinos abatidos com idade superior a 30 dias e inferior a dois meses, o período de retenção é de 15 dias consecutivos.
4. Só são elegíveis os animais cujo período compreendido entre a data de saída da exploração e a data do abate seja inferior a dois meses.
5. Verificando-se que o mesmo animal cumpriu o período de retenção na exploração de mais que um agricultor, tem direito ao prémio o agricultor que procedeu à sua retenção em último lugar.

Artigo 14.º

Montante do prémio

1. O montante do prémio base é de:
 - a) 75 Euros para os bovinos abatidos com mais de 30 dias e menos de oito meses de idade;
 - b) 105 Euros para os bovinos abatidos a partir dos oito meses de idade.
2. É atribuído um suplemento ao prémio no montante de:
 - a) 190 Euros para os bovinos machos abatidos com idade igual ou superior a sete meses e inferior a 12 meses;

**JORNAL OFICIAL**

b) 220 Euros para os bovinos machos abatidos com idade igual ou superior a 12 meses.

3. Os bovinos que sejam certificados no matadouro como Carne dos Açores - Indicação Geográfica Protegida (IGP) ou Modo de Produção Biológico, recebem, para além dos montantes previstos nos números anteriores, um suplemento de 40 euros por animal.

4. O número total de animais com direito a prémio por ano civil é limitado por um montante máximo orçamental a definir nos termos do disposto no artigo 79.º.

5. Se o número total de pedidos para o prémio exceder o montante orçamental disponível, tal facto dá origem a uma redução proporcional, sobre o número de animais elegíveis, aplicável a todos os requerentes.

6. Ficam excluídos do rateio inicial no prémio ao abate os animais referidos no n.º 3.

7. Caso o número de animais nas condições previstas no número anterior ultrapasse o limite máximo orçamental definido, é feito um segundo rateio entre os mesmos.

Secção III**Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos****Artigo 15.º****Beneficiários**

Podem beneficiar do presente prémio os agricultores ativos que possuam na sua exploração ovelhas ou cabras.

Artigo 16.º**Condições de elegibilidade**

1. São elegíveis ao prémio as ovelhas e as cabras que tenham pelo menos um ano.

2. Para beneficiarem do prémio os agricultores têm que possuir, pelo menos, dez animais elegíveis, independentemente da espécie.

3. Para beneficiar do prémio os animais estão sujeitos a um período de retenção, na exploração, de 5 meses consecutivos compreendido entre 1 de fevereiro e 30 de junho do ano para o qual o pedido de ajuda é válido.

4. Para o cálculo dos animais declarados é considerado o menor número de ovelhas de carne e o menor número de ovelhas de leite e cabras, potencialmente elegíveis, obtidos nas contagens diárias efetuadas à base de dados SNIRA, durante o período de retenção.

Artigo 17.º**Montante do prémio**

1. O prémio por ovelha e por cabra é concedido por animal elegível e por agricultor.

**JORNAL OFICIAL**

2. Os montantes do prémio são:

- a) 40 euros por ovelha de carne;
- b) 35 euros por ovelha de leite;
- c) 35 euros por cabra.

3. O número total de animais com direito a prémio por ano civil é limitado por um montante máximo orçamental a definir nos termos do disposto no artigo 79.º.

4. Se o número total de pedidos para o prémio exceder o montante orçamental disponível, tal facto dá origem a uma redução proporcional, sobre o número de animais elegíveis, aplicável a todos os requerentes.

Secção IV**Prémio à Vaca Leiteira****Artigo 18.º****Beneficiários**

Podem beneficiar do presente prémio os agricultores ativos que possuam na sua exploração vacas leiteiras.

Artigo 19.º**Condições de elegibilidade**

1. São elegíveis as vacas leiteiras das raças constantes do anexo III à presente portaria e que dela faz parte integrante, ou resultantes de um cruzamento com essas raças.

2. Para beneficiar do prémio os animais estão sujeitos a um período de retenção, na exploração, de cinco meses consecutivos compreendido entre 1 de fevereiro e 30 de junho do ano para o qual o pedido de ajuda é válido.

3. Para o cálculo dos animais declarados é considerado o menor número de animais potencialmente elegíveis obtido nas contagens diárias efetuadas à base de dados SNIRA, durante o período de retenção.

Artigo 20.º**Montante do prémio**

1. O montante do prémio é de:

- a) 190 Euros por vaca leiteira elegível numa unidade de produção situada nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo;



b) 145 Euros por vaca leiteira elegível numa unidade de produção situada nas ilhas de S. Miguel e Terceira.

2. O número total de animais com direito a prémio por cada ano civil é limitado por um montante máximo orçamental a definir nos termos do disposto no artigo 79.º.

3. Se o número total de pedidos para o prémio exceder o montante disponível, tal facto dá origem a uma redução proporcional, sobre o número de animais elegíveis, aplicável a todos os requerentes.

Secção V

Ajuda ao Escoamento de Jovens Bovinos dos Açores

Artigo 21.º

Beneficiários

Podem beneficiar da presente ajuda os agricultores ativos que procedam à expedição de bovinos para o exterior da RAA.

Artigo 22.º

Condições de elegibilidade

1. Os bovinos expedidos para o exterior da RAA, elegíveis à ajuda, no ano civil para o qual o pedido de ajuda é válido, são:

- a) bovinos fêmeas com idade máxima de oito meses;
- b) bovinos machos com idade máxima de 18 meses.

2. Para beneficiar desta ajuda os animais têm de ter nascido na RAA e permanecido na posse do agricultor durante o período de retenção de três meses consecutivos.

3. Só são elegíveis os animais cujo período compreendido entre a data de saída da exploração e a data da expedição seja inferior a dois meses.

Artigo 23.º

Montante da ajuda

1. O montante da ajuda base é de 40 euros por animal expedido.

2. É atribuído um suplemento à ajuda no montante de 130 euros aos bovinos machos expedidos com idade igual ou superior a sete meses e inferior a 18 meses.

3. Para além dos montantes previstos nos artigos anteriores, aos animais expedidos para as Regiões da Madeira e Canárias é ainda atribuído um suplemento de 30 euros por animal.

**JORNAL OFICIAL**

4. O número total de animais com direito a prémio por cada ano civil é limitado por um montante máximo orçamental a definir nos termos do disposto no artigo 79.º.

5. Se o número total de pedidos para o prémio exceder o montante orçamental disponível, tal facto dá origem a uma redução proporcional, sobre o número de animais elegíveis, aplicável a todos os requerentes.

Secção VI

Prémio aos Produtores de Leite

Artigo 24.º

Beneficiários

Podem beneficiar do presente prémio os agricultores ativos produtores de leite.

Artigo 25.º

Condições de elegibilidade

1. A concessão do prémio está sujeita à posse de uma produção máxima elegível pelo agricultor.

2. O prémio é atribuído aos produtores de leite que, no ano civil anterior à apresentação do pedido de ajuda, tenham efetuado entregas de leite a um primeiro comprador de leite estabelecido na RAA, ou efetuado vendas diretas de leite.

3. Para determinação da quantidade de leite de vaca cru entregue, são tidas em consideração as declarações efetuadas pelos primeiros compradores, nos termos do Decreto-Lei n.º 189/2015, de 8 de setembro.

4. Para determinação da quantidade de leite de vaca resultante das vendas diretas é tida em consideração a seguinte tabela de equivalências para os produtos lácteos:

- a) 1 kg de nata = 10,5 kg de leite;
- b) 1 kg de manteiga = 22,5 kg de leite;
- c) 1 kg de queijo = 10,3 kg de leite;
- d) 1 kg de iogurte = 1,2 kg de leite;
- e) 1 L de leite = 1,03 kg de leite.

5. Os valores da quantidade de leite são truncados à unidade.

Artigo 25.º - A

Transferências de produção máxima elegível

**JORNAL OFICIAL**

1. O detentor de produção máxima elegível pode transferi-la, total ou parcialmente, de forma definitiva ou temporária, para outros agricultores, por mútuo acordo.

2. O pedido de transferência da produção máxima elegível deve ser formalizado nos termos do artigo 51.º, com as necessárias adaptações, durante o período compreendido entre o dia 1 de janeiro e a data de submissão dos respetivos pedidos de ajuda ao prémio aos produtores de leite a efetuar pelos requerentes, para o ano em causa.

3. O pedido de transferência só é aceite se o novo titular estiver registado no sistema de identificação de beneficiários e se tiver efetuado entregas ou vendas diretas de leite no ano anterior ao da submissão do pedido de transferência.

Em derrogação do disposto no parágrafo anterior, quando o novo titular seja cessionário numa transferência efetuada nos termos do artigo 26.º são consideradas as entregas e vendas diretas de leite efetuadas pelo cedente.

4. As transferências previstas neste artigo carecem de autorização da Direção Regional com competência na matéria.

Artigo 26.º**Transferência de entregas e vendas diretas de leite**

1. Se, antes da apresentação do pedido de ajuda ao prémio aos produtores de leite, uma exploração, ou as vacas leiteiras registadas no SNIRA, forem totalmente cedidas a um ou mais cessionários, as entregas e vendas diretas efetuadas pelo cedente são transferidas para o(s) cessionário(s), se este(s) apresentar(em) à autoridade competente:

a) Uma declaração do cedente que ateste a transferência de entregas e vendas diretas de leite, exceto nos casos de força maior e circunstâncias excecionais previstos no artigo 78.º em que deverá apresentar os pertinentes elementos de prova;

b) A identificação fiscal do(s) cedente(s).

2. Logo que o cessionário informe a autoridade competente em conformidade com o número anterior:

a) Todas as entregas ou vendas diretas efetuadas pelo cedente, durante o ano civil anterior ao pedido de ajuda, são transferidas para o cessionário;

b) O cessionário sub-roga-se ao cedente relativamente a todas as ações necessárias para a concessão da ajuda e todas as declarações feitas pelo cedente antes da cedência.

Artigo 27.º**Montante do prémio**

1. O montante do prémio é calculado multiplicando a quantidade de leite de vaca cru com o teor efetivo de matéria gorda, objeto de entregas ou vendas diretas efetuadas no ano civil

**JORNAL OFICIAL**

anterior à apresentação do pedido de ajuda, expressa em toneladas até às milésimas, por 35 euros.

2. O prémio a ser pago em cada ano civil é limitado por um montante máximo orçamental a definir nos termos do artigo 79.º.

3. Se o número total de pedidos de ajuda exceder o montante orçamental disponível, tal facto dá origem a uma redução proporcional aplicável a todos os requerentes.

4. Caso o montante orçamental disponível não venha a ser atingido, o valor remanescente será redistribuído proporcionalmente por todos os beneficiários.

Capítulo III

Ajudas às Produções Vegetais

Secção I

Ajuda aos Produtores de Culturas Arvenses

Artigo 28.º

Beneficiários

Podem beneficiar da presente ajuda os agricultores ativos que cultivem milho, sorgo e/ou luzerna.

Artigo 29.º

Culturas elegíveis

[Revogado]

Artigo 30.º

Condições de elegibilidade

Podem beneficiar da ajuda os agricultores que cumulativamente:

- a) Reúnam uma área total mínima elegível de 0,30 hectares de milho, sorgo e/ou luzerna;
- b) Tenham procedido à sementeira das culturas de Primavera – Verão, o mais tardar até ao dia 15 de junho do ano civil a que diz respeito o pedido de ajuda;
- c) Tenham semeado integralmente as superfícies declaradas;

**JORNAL OFICIAL**

d) Utilizem práticas culturais que garantam uma emergência normal das culturas e um povoamento regular em condições normais de crescimento das plantas, até pelo menos ao início do período de floração.

Artigo 31.º

Montantes das ajudas

1. O valor da ajuda é de 500 euros/ha de superfície elegível.
2. A ajuda a ser paga em cada ano civil é limitada por um montante máximo orçamental a definir nos termos do disposto no artigo 79.º.
3. Se o número total de pedidos para a ajuda exceder o montante orçamental disponível, tal facto dá origem a uma redução proporcional, sobre a área elegível, aplicável a todos os requerentes.

Secção II

Ajuda aos Produtores de Culturas Tradicionais

Artigo 32.º

Beneficiários

Podem beneficiar da presente ajuda os agricultores ativos que cultivem beterraba sacarina e/ou chá.

Artigo 33.º

Condições de elegibilidade

1. Podem beneficiar da ajuda os agricultores que cumulativamente:
 - a) Reúnam uma área total mínima elegível de 0,30 hectares de beterraba sacarina e/ou chá;
 - b) Tenham as culturas instaladas o mais tardar até 31 de maio do ano civil a que diz respeito o pedido de ajuda;
 - c) Tenham procedido, em relação às superfícies cultivadas, a todos os trabalhos normais de cultivo.
2. A produção de beterraba tem de ser entregue num transformador.
3. O transformador tem de comunicar à Direção Regional com competência na matéria as quantidades de beterraba entregues por cada agricultor.

**JORNAL OFICIAL**

4. As superfícies elegíveis de beterraba sacarina têm de obedecer a uma produtividade mínima anual por agricultor de 10 toneladas por hectare.

Artigo 34.º

Montante da ajuda

1. O montante anual da ajuda é de 1.500 euros por hectare de superfície elegível, obtida após verificação do cumprimento da produtividade mínima, definida no número 4 do artigo anterior.

2. A ajuda a ser paga em cada ano civil é limitada por um montante máximo orçamental a definir nos termos do disposto no artigo 79.º.

3. Se o número total de pedidos para a ajuda exceder o montante orçamental disponível, tal facto dá origem a uma redução proporcional, sobre a área elegível, aplicável a todos os requerentes.

Secção III

Ajuda à Manutenção da Vinha Orientada para a Produção de Vinhos com Denominação de Origem e Vinhos com Indicação Geográfica

Artigo 35.º

Beneficiários

Podem beneficiar da presente ajuda os agricultores ativos: agrupamentos, organizações de produtores ou agricultores individuais, que detenham superfícies orientadas para a produção de Vinhos com Denominação de Origem e Vinhos com Indicação Geográfica.

Artigo 36.º

Condições de elegibilidade

A ajuda é concedida em relação às superfícies nas zonas de produção legalmente definidas, plantadas com castas aptas à produção de Vinhos com Denominação de Origem ou de Vinhos com Indicação Geográfica desde que:

a) Tenham sido inteiramente cultivadas e colhidas e nas quais tenham sido realizados todos os trabalhos normais de cultivo;

b) Tenham sido objeto das declarações de colheita e de produção previstas no Regulamento (CE) n.º 436/2009 da Comissão, de 26 de maio de 2009;

c) No caso de vinhos com denominação de origem respeitem os rendimentos máximos previstos na regulamentação em vigor.

Artigo 37.º

Montante da ajuda

**JORNAL OFICIAL**

1. O montante da ajuda é fixado em 1.400 euros por hectare de superfície elegível para a produção de Vinhos com Denominação de Origem e em 1.050 euros por hectare de superfície elegível para a produção de Vinhos com Indicação Geográfica.

2. A ajuda a ser paga em cada ano civil é limitada por um montante máximo orçamental a definir nos termos do disposto no artigo 79.º.

3. Se o número total de pedidos para a ajuda exceder o montante orçamental disponível, tal facto dá origem a uma redução proporcional, sobre a área elegível, aplicável a todos os requerentes.

4. Ficam excluídas do rateio inicial as áreas elegíveis para a produção de Vinhos com Denominação de Origem.

5. Caso os pedidos de ajuda para a produção de Vinhos com Denominação de Origem ultrapassem o limite orçamental definido, é feito um segundo rateio incidindo sobre as respetivas áreas.

Secção IV

Ajuda aos Produtores de Ananás

Artigo 38.º

Beneficiários

Podem beneficiar desta ajuda os agricultores ativos que cultivem ananás da espécie *Ananas comosus* Merr.

Artigo 39.º

Condições de elegibilidade

1. É concedida uma ajuda por superfície agrícola de ananás em produção como cultura estreme, segundo o modo de produção tradicional.

2. Entende-se por superfície agrícola de ananás em produção, a superfície de ananás que se mantém em produção durante todo o ano.

3. Entende-se por modo de produção tradicional aquele cujo ciclo cultural se desenvolve sob coberto em “aterros” ou “camas quentes”, sendo que a última fase de produção do fruto ocorre em estufa de alvenaria e cobertura de madeira e vidro.

4. A ajuda é concedida em relação às superfícies que tenham sido inteiramente cultivadas e nas quais tenham sido realizados todos os trabalhos normais de cultivo.

Artigo 40.º

Montante da ajuda

**JORNAL OFICIAL**

1. O montante da ajuda é de 6,53 euros/m² de superfície elegível em produção sob área coberta.
2. O montante da ajuda por ano civil é limitado por um máximo orçamental a definir nos termos do disposto no artigo 79.º.
3. Se o número total de pedidos para a ajuda exceder o montante orçamental disponível, tal facto dá origem a uma redução proporcional, sobre a área elegível, aplicável a todos os requerentes.

Secção V

Ajuda aos Produtores de Horto - Frutícolas, Flores de Corte e Plantas Ornamentais

Artigo 41.º

Beneficiários

Podem beneficiar da presente ajuda os agricultores ativos que cultivem horto-flori-frutícolas.

Artigo 42.º

Condições de elegibilidade

1. Podem beneficiar da ajuda os agricultores que cumulativamente:
 - a) Reúnam uma área total mínima elegível de 0,20 hectares de culturas horto-flori-frutícolas;
 - b) Tenham procedido à instalação das culturas o mais tardar até 31 de maio do ano civil a que diz respeito o pedido de ajuda;
 - c) Tenham procedido, em relação às superfícies cultivadas, a todos os trabalhos normais de cultivo.
2. Não se consideram para efeito da presente ajuda as áreas ocupadas com as culturas elegíveis às ajudas: culturas arvenses, aos produtores de tabaco, culturas tradicionais, manutenção da vinha orientada para a produção de Vinhos com Denominação de Origem e Vinhos com Indicação Geográfica, ananás, e ainda as áreas com a cultura da banana e restantes áreas de vinha destinadas a produção de vinho.

Artigo 43.º

Montante da ajuda

1. O montante da ajuda é de 1.300 euros por hectare de superfície elegível e por ano.
2. A ajuda a ser paga em cada ano civil é limitada por um montante máximo orçamental a definir nos termos do disposto no artigo 79.º.

**JORNAL OFICIAL**

3. Se o número total de pedidos para a ajuda exceder o montante orçamental disponível, tal facto dá origem a uma redução proporcional, sobre a área elegível, aplicável a todos os requerentes.

Secção VI

Ajuda aos Produtores de Tabaco

Artigo 44.º

Beneficiários

Podem beneficiar da presente ajuda os agricultores ativos que cultivem tabaco.

Artigo 45.º

Condições de Elegibilidade

1. Podem beneficiar da ajuda os agricultores que cumulativamente:
 - a) Reúnam uma área total mínima elegível de 0,20 hectares de tabaco;
 - b) Tenham procedido à instalação da cultura o mais tardar até 31 de maio do ano civil a que diz respeito o pedido de ajuda;
 - c) Tenham procedido, em relação às superfícies cultivadas, a todos os trabalhos normais de cultivo.
2. A produção de tabaco tem que ser entregue numa empresa de primeira transformação de tabaco.
3. A empresa de primeira transformação de tabaco tem que comunicar à Direção Regional com competência na matéria as quantidades de tabaco entregues por agricultor.
4. As superfícies elegíveis têm que obedecer a uma produtividade mínima anual por agricultor de 1,5 toneladas de tabaco seco por hectare.

Artigo 46.º

Montante da ajuda

1. O montante anual da ajuda é atribuído de modo degressivo da seguinte forma:
 - a) 4.680 euros por hectare em 2016;
 - b) 3.620 euros por hectare em 2017;
 - c) 2.560 euros por hectare em 2018;
 - d) 1.500 euros por hectare a partir de 2019.

**JORNAL OFICIAL**

2. O montante referido no número anterior é atribuído por hectare de superfície elegível, obtida após verificação do cumprimento da produtividade mínima definida nos termos do número quatro do artigo anterior.

3. A ajuda a ser paga em cada ano civil é limitada por um montante máximo orçamental a definir nos termos do disposto no artigo 79.º.

4. Se o número total de pedidos para a ajuda exceder o montante orçamental disponível, tal facto dá origem a uma redução proporcional, sobre a área elegível, aplicável a todos os requerentes.

Secção VII**Ajuda à Banana****Artigo 47.º****Beneficiários**

1. Podem beneficiar da presente ajuda os agricultores ativos produtores de banana que comercializem a sua produção através de uma organização de produtores com os meios técnicos adequados para o acondicionamento e a comercialização de banana, reconhecida pela entidade com competência na matéria.

2. Excepcionalmente podem beneficiar da ajuda os agricultores ativos produtores de banana que comercializem diretamente a sua produção, e se encontrem em condições geográficas que não lhes permitam aderir a uma entidade com os meios técnicos adequados para o acondicionamento e comercialização de banana.

Artigo 48.º**Condições de elegibilidade**

1. Para beneficiarem da presente ajuda, os agricultores devem respeitar as seguintes condições:

a) As quantidades de banana comercializada objeto de ajuda têm de possuir um certificado de conformidade, com indicação do produto e peso líquido discriminado em quilogramas;

b) Entregar a banana produzida numa organização de produtores reconhecida, à exceção dos agricultores mencionados no n.º 2 do artigo 47.º.

2. São consideradas elegíveis as quantidades de banana comercializada no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro, até uma produtividade máxima anual de 26 toneladas por hectare e por agricultor.

Artigo 49.º**Obrigações**

**JORNAL OFICIAL**

1. Os produtores e as organizações de produtores devem:
 - a) Dispor de contabilidade que evidencie a quantidade de banana comercializada;
 - b) Prestar todas as informações e disponibilizar os documentos comprovativos solicitados pelas autoridades competentes, no âmbito da ajuda atribuída;
 - c) Dispor de cópia dos comprovativos de liquidação das faturas da banana comercializada.
2. Os comprovativos referidos na alínea c) do número anterior devem ter como data limite o dia 31 de março do ano de apresentação do pedido de ajuda.
3. A liquidação das faturas da banana comercializada está limitada ao recebimento por transferência bancária e por cheque.

No caso dos beneficiários com contabilidade organizada é ainda admissível o recebimento em numerário.
4. Quando o recebimento da banana comercializada ocorrer nos termos do segundo parágrafo do número anterior a verificação da alínea c) do n.º 1 será feita pelos registos contabilísticos.
5. As organizações de produtores devem ainda:
 - a) Dispor de contabilidade que evidencie o pagamento da ajuda aos beneficiários;
 - b) Efetuar, por transferência bancária, vale postal ou cheque, o pagamento integral da ajuda apurada a cada produtor, no prazo de 60 dias após o seu recebimento;
 - c) Após efetuarem o pagamento previsto na alínea anterior, comprová-lo documentalmente, junto da Direção Regional com competência na matéria, nos 60 dias seguintes.

Artigo 50.º**Montante da ajuda**

1. O valor da ajuda é de 0,60 euros/kg de banana comercializada elegível.
2. O montante referido no número anterior é atribuído por quantidade de banana elegível, obtida após verificação da produtividade máxima definida nos termos do número dois do artigo 48.º.
3. A ajuda a ser paga em cada ano civil é limitada por um montante máximo orçamental a definir nos termos do disposto no artigo 79.º.
4. Se o número total de pedidos para a ajuda exceder o montante orçamental disponível, tal facto dá origem a uma redução proporcional, sobre a quantidade elegível, aplicável a todos os requerentes.

Capítulo IV

**JORNAL OFICIAL****Pedidos de Ajuda**

Artigo 51.º

Apresentação dos pedidos de ajuda

1. Para beneficiarem dos prémios e ajudas previstos nesta portaria os interessados devem submeter anualmente os pedidos de ajuda, documentos ou declarações que sejam constitutivos da sua elegibilidade, por transmissão eletrónica de dados, através da recolha informática direta nos Serviços de Desenvolvimento Agrário de Ilha, e autenticá-los com a senha atribuída para o efeito.

2. A autenticação nos termos do número anterior responsabiliza o agricultor e obriga-o em simultâneo a cumprir a legislação comunitária, nacional e regional na matéria e a manter na sua posse e em bom estado de conservação toda a documentação e registos que comprovem a verdade das declarações efetuadas.

3. [Revogado]

4. [Revogado]

Artigo 52.º

Conteúdo dos pedidos de ajuda

1. Os pedidos de ajudas devem conter todas as informações necessárias para verificar a sua elegibilidade, nomeadamente:

- a) A identidade do agricultor;
- b) A identificação dos prémios ou ajudas a que se candidata;
- c) Uma declaração do agricultor em que reconheça ter conhecimento das condições relativas aos prémios e ajudas em causa;
- d) Quaisquer documentos comprovativos necessários para determinar a elegibilidade dos prémios ou ajudas em questão, se for caso disso.

2. Sem prejuízo do previsto no número anterior aplicam-se complementarmente os requisitos específicos estabelecidos nos artigos 53.º e 54.º.

Artigo 53.º

Requisitos específicos dos pedidos de ajuda

1. [Revogado]

2. Para beneficiar do suplemento à ajuda ao escoamento aquando da expedição para as Canárias, o agricultor tem de manifestar junto da Direção Regional com competência na

**JORNAL OFICIAL**

matéria, com a antecedência mínima de 15 dias, a intenção de escoar, o local previsto para embarque, fotocópia dos passaportes de todos os animais previstos para o escoamento.

3. No prémio aos produtores de leite os pedidos de ajuda devem conter:

a) A quantidade de leite de vaca cru com o teor efetivo de matéria gorda, objeto de entregas ou vendas diretas, expresso em quilogramas;

b) A(s) declaração(ões) de transferência de entregas e vendas diretas de leite e o(s) número(s) de identificação fiscal do(s) cedente(s), quando aplicável;

c) No caso das vendas diretas, listagem de faturas, com indicação do tipo e data do documento, com as quantidades totais de vendas de leite e de produtos lácteos, com indicação do nome e do número de identificação fiscal do cliente.

4. No caso das ajudas às produções vegetais, com exceção da ajuda à banana, os pedidos de ajuda devem conter a identificação inequívoca das parcelas candidatas.

5. O pedido de ajuda à banana é efetuado pela entidade que acondiciona e comercializa a banana, exceto no caso dos agricultores que se encontrem nas condições mencionadas no n.º 2 do artigo 47.º que devem efetuar a sua apresentação individualmente.

6. Na ajuda à banana os pedidos de ajuda devem conter as seguintes listagens:

a) Listagem de agricultores, com indicação do nome, número de identificação fiscal e quantidades de banana comercializadas por agricultor, quando o pedido for apresentado por uma organização de produtores;

b) Listagem de faturas, com indicação do tipo de documento, número de documento, número de identificação fiscal do cliente, nome do cliente, quantidade de banana e data do documento;

c) Listagem de devoluções, com indicação de tipo de documento, número de documento, número de identificação fiscal do cliente, nome do cliente, quantidade de banana e data do documento;

d) Listagem de certificados, com indicação da entidade certificadora, número de certificado, número de identificação fiscal do requerente, nome do requerente, quantidade de banana e data do certificado.

Artigo 54.º**Declaração da totalidade da superfície da exploração**

1. A declaração da totalidade da superfície da exploração deve ser apresentada anualmente nos termos do artigo 51.º.

2. A declaração da totalidade da exploração deve conter a identificação inequívoca de todas as parcelas, a sua localização e a utilização que pretende manter para cada uma delas, até ao último dia do ano civil a que diz respeito a apresentação do pedido de ajuda, bem como a

**JORNAL OFICIAL**

respetiva área expressa em hectares com duas casas decimais, exceto para a cultura do ananás que será expressa com quatro casas decimais.

3. Nos casos em que o agricultor não proceda à apresentação da declaração, identificada no n.º 1 do presente artigo, ou quando se verifique ser nula a totalidade da superfície agrícola declarada, os pedidos de ajuda submetidos a título do mesmo ano são recusados, sem prejuízo do disposto no segundo parágrafo do n.º 2 do artigo 78.º.

Artigo 55.º**Período de candidatura**

As datas de apresentação dos pedidos de ajuda, a título de um determinado ano, e da declaração da totalidade da superfície da exploração são fixadas pela Direção Regional com competência na matéria, e divulgadas na área pública do sítio da Internet do POSEI, em <http://posei.azores.gov.pt>.

Artigo 56.º**Data final para apresentação**

Sempre que a data final para apresentação de pedidos de ajuda, documentos ou declarações que sejam constitutivos da elegibilidade para a ajuda, de alteração de pedidos de ajuda ou dos pedidos de transferência e cedências de direitos individuais de aleitantes seja um feriado, um sábado ou um domingo, considera-se que essa data é a do primeiro dia útil seguinte.

O disposto no primeiro parágrafo aplica-se igualmente à última data possível para a apresentação tardia a que se refere o n.º 2 do artigo 57.º da presente portaria.

Artigo 57.º**Apresentação tardia dos pedidos**

1. Exceto em casos de força maior e em circunstâncias excepcionais, a que se refere o artigo 78.º da presente portaria, a apresentação de um pedido de ajuda após a data final correspondente dá origem a uma redução de 1% por dia útil dos montantes a que o beneficiário teria direito se o pedido tivesse sido apresentado dentro do prazo.

O disposto no parágrafo anterior aplica-se igualmente a qualquer documento ou outra declaração a apresentar, em devido tempo, à autoridade competente sempre que esses documentos ou declarações sejam constitutivos da elegibilidade para a ajuda. Neste caso, a redução aplica-se ao montante pagável a título da ajuda em causa.

2. Se o atraso for superior a 25 dias seguidos, o pedido não é admissível e não pode ser atribuída ao beneficiário ajuda.

Artigo 58.º**Alterações à declaração da exploração e aos pedidos de ajuda**



1. São permitidas alterações relativamente a parcelas agrícolas ainda não declaradas no plano de exploração ou no pedido de ajuda, que podem ser acrescentadas, e alterações no que respeita à utilização ou ao regime, relativamente a parcelas agrícolas já declaradas, desde que sejam respeitados todos os requisitos previstos nos regimes de ajudas em causa.
2. As comunicações das alterações referidas no número anterior devem dar entrada no serviço de ilha com competência na matéria até 31 de maio do ano civil a que dizem respeito.
3. Quando as alterações referidas no número 1 tiverem repercussões a nível de qualquer documento comprovativo a apresentar, são também autorizadas as alterações correspondentes nesses documentos.
4. Sempre que a autoridade competente já tenha informado o agricultor da existência de irregularidades no pedido de ajuda ou lhe tenha dado conhecimento da sua intenção de realizar um controlo no local e o controlo revelar irregularidades, não podem ser feitas alterações relativamente às parcelas a que dizem respeito as irregularidades.
5. É aplicável às alterações dos pedidos de ajuda o disposto nos números 1 e 2 do artigo 51.º da presente portaria.

Artigo 59.º

Correções e ajustamentos de erros manifestos

Os pedidos de ajuda, documentos ou declarações que sejam constitutivos da elegibilidade para a ajuda apresentados pelo beneficiário podem ser corrigidos e ajustados em qualquer momento após a sua apresentação, em caso de erros manifestos reconhecidos pela autoridade competente, com base numa avaliação global da ocorrência concreta, e desde que o beneficiário tenha agido de boa-fé.

A autoridade competente só pode reconhecer os erros manifestos se estes puderem ser imediatamente identificados numa verificação administrativa das informações constantes nos documentos referidos no primeiro parágrafo.

Artigo 60.º

Retirada de pedidos de ajudas

1. Os pedidos de ajuda ou declarações que sejam constitutivas da elegibilidade para a ajuda podem ser total ou parcialmente retirados em qualquer momento, por escrito.
2. A retirada total dos documentos previstos no número anterior tem que ser solicitada por requerimento dirigido à Direção Regional com competência na matéria. À retirada parcial dos documentos referidos no número anterior aplica-se o disposto nos números 1 e 2 do artigo 51.º da presente portaria.
3. Sempre que a autoridade competente já tenha informado o beneficiário da existência de irregularidades nos documentos constitutivos da elegibilidade para a ajuda ou lhe tenha dado

**JORNAL OFICIAL**

conhecimento da sua intenção de realizar um controlo no local e este revelar a existência de irregularidades, o beneficiário não pode ser autorizado a retirar o pedido relativamente às partes dos documentos a que dizem respeito as irregularidades.

4. As retiradas efetuadas em conformidade com o n.º 1 colocam os beneficiários na situação em que se encontravam antes da apresentação dos documentos, ou da parte dos documentos, em causa.

Artigo 61.º**Pagamento das ajudas**

1. Após a verificação dos documentos que sejam constitutivos da elegibilidade para a ajuda e uma vez determinado o seu montante, a autoridade competente pagará as ajudas a título de um determinado ano civil no máximo em duas prestações, no período compreendido entre 1 de dezembro do ano em curso e 30 de junho do ano seguinte.

2. Podem ser efetuados adiantamentos até 50%, entre 16 de outubro e 30 de novembro.

Capítulo V**Controlos****Artigo 62.º****Princípios gerais do controlo**

1. Os controlos administrativos e no local são efetuados de modo a assegurar a verificação eficaz do cumprimento dos requisitos de concessão das ajudas e das normas aplicáveis no âmbito da condicionalidade.

2. Os controlos administrativos são exaustivos e incluem os cruzamentos de informações, nomeadamente, com os dados do sistema integrado de gestão e de controlo previsto no Título V, Capítulo II, Título VI, Capítulo II e nos artigos 47.º, 59.º e 102.º, número 3 do Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho.

3. Com base numa análise de riscos em conformidade com o artigo 65.º, as autoridades competentes efetuam ações de controlo no local, por amostragem, em relação a, pelo menos, 5% dos pedidos de ajuda, devendo a amostra representar também, no mínimo, 5% dos montantes em causa nos pedidos de ajuda.

4. Em controlo administrativo de superfícies, se uma parcela for declarada por dois ou mais agricultores no âmbito da presente portaria e a superfície total declarada exceder a superfície da parcela, proceder-se-á a uma redução proporcional da superfície em causa, desde que a diferença não exceda 5% até 1,00 ha.

5. As entidades competentes recorrem ao sistema integrado de gestão e de controlo em todos os casos adequados.



Artigo 63.º

Aviso prévio do controlo no local

Os controlos no local podem ser objeto de aviso prévio, desde que tal não prejudique a prossecução dos seus fins nem a sua eficácia. O aviso prévio deve ser dado com a antecedência estritamente necessária, que não pode exceder 14 dias.

Contudo, para os controlos no local relativos a pedidos de ajuda aos prémios às produções animais, o aviso prévio não pode exceder as 48 horas, exceto nos casos devidamente justificados.

Artigo 64.º

Execução do controlo no local

1. Se for oportuno, as verificações no local previstas pela presente portaria serão efetuadas ao mesmo tempo que quaisquer outros controlos previstos na regulamentação comunitária.

2. O controlo no local verifica o cumprimento de todos os critérios de elegibilidade e outras obrigações dos pedidos de ajuda para os quais um beneficiário tenha sido selecionado em conformidade com o artigo 65.º.

A duração das verificações no local deve limitar-se ao período mínimo estritamente necessário.

3. Quando determinados critérios de elegibilidade e outras obrigações só puderem ser verificados num período específico, as verificações no local podem implicar visitas adicionais numa data posterior. Nesses casos, as verificações no local devem ser coordenadas de forma a limitar ao mínimo indispensável o número e a duração das visitas a um beneficiário.

4. Se não for possível proceder a um controlo no local por razões imputáveis ao beneficiário ou ao seu representante, os pedidos de ajuda em causa são recusados exceto em casos de força maior ou circunstâncias excecionais.

Artigo 65.º

Seleção dos agricultores a submeter a ações de controlo no local

1. Os beneficiários a submeter a ações de controlo no local são selecionados, pela autoridade competente, com base numa análise de riscos e na representatividade dos pedidos de ajuda apresentados.

2. A análise de riscos tem em conta:

a) O montante das ajudas;

b) O número de parcelas agrícolas, a superfície e o número de animais objeto dos pedidos de ajuda;

**JORNAL OFICIAL**

- c) Alterações relativamente ao ano precedente;
- d) O resultado das ações de controlo efetuadas nos anos anteriores;
- e) Outros fatores, a definir pela autoridade competente.

3. Para garantir representatividade, a autoridade competente seleciona aleatoriamente entre 20% e 25% do número mínimo de agricultores a submeter ao controlo no local.

4. A autoridade competente conserva os registos das razões da seleção de cada beneficiário para o controlo no local.

5. O agente que efetua a ação de controlo no local é devidamente informado dessas razões antes de lhe dar início.

Artigo 66.º**Relatório de controlo**

1. Cada ação de controlo no local é objeto de um relatório, que precisa os vários elementos da ação.

2. Esse relatório indica, nomeadamente:

- a) Os pedidos de ajuda controlados;
- b) As pessoas presentes;
- c) As parcelas agrícolas controladas, as parcelas agrícolas medidas, os resultados das medições, por parcela agrícola medida, e os métodos de medição utilizados;
- d) O número e o tipo de animais controlados e, se for o caso, os números das marcas auriculares, as inscrições no registo e na respetiva base de dados informatizada e quaisquer documentos comprovativos controlados, os resultados dos controlos e, se for o caso, observações específicas relativas a determinados animais e/ou aos seus códigos de identificação;
- e) Se o controlo foi anunciado ao beneficiário e, em caso afirmativo, a antecedência desse anuncio. Em especial se o limite de 48 horas previsto no segundo parágrafo do artigo 63.º foi excedido, deve ser indicado o motivo;
- f) Quaisquer medidas de controlo específicas a aplicar no âmbito dos diversos regimes de ajuda;
- g) Outras medidas de controlo a aplicar;
- h) Qualquer incumprimento detetado suscetível de exigir uma notificação cruzada, tendo em conta outros regimes de ajuda, medidas de apoio e/ou condicionalidade;



i) Qualquer incumprimento detetado suscetível de exigir um acompanhamento durante os anos seguintes.

j) Outras ações de controlo realizadas.

3. O beneficiário ou seu representante têm a possibilidade de assinar o relatório durante o controlo, a fim de atestar a sua presença e de acrescentar observações.

4. Os relatórios de controlo no local são disponibilizados aos beneficiários na área reservada do sítio da internet do IFAP I.P., em www.ifap.pt e no portal do beneficiário, em <http://beneficiario-srrm.azores.gov.pt>. Para o efeito, os beneficiários são notificados que o relatório está disponível por mensagem de correio eletrónico ou por carta registada.

5. [Revogado]

Capítulo VI

Bases de cálculo, reduções e exclusões

Artigo 67.º

Reduções e exclusões

Se as informações declaradas no âmbito dos pedidos de ajuda diferirem das constatadas durante os controlos administrativos e no local, a autoridade competente aplica reduções e exclusões da ajuda.

No caso do prémio à Vaca Aleitante, Prémio ao Abate de Bovinos, Prémio à Vaca Leiteira, Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos e Ajuda ao Escoamento de Jovens Bovinos dos Açores os animais potencialmente elegíveis que não estejam corretamente identificados ou registados no sistema de identificação e registo de animais são contabilizados como animais em relação aos quais foram constatados incumprimentos.

Artigo 68.º

Base de cálculo das ajudas às produções vegetais

1. No caso dos pedidos de ajuda às produções vegetais, com exceção da ajuda à banana, se for verificado que a superfície determinada de um grupo de culturas é maior do que a superfície declarada no pedido de ajuda, a superfície a utilizar no cálculo da ajuda será a declarada.

2. No caso da ajuda à banana se a quantidade determinada for superior à quantidade declarada é utilizada para cálculo da ajuda a quantidade declarada.

3. Caso não seja atingida a produtividade mínima anual, mencionada nos artigos 33.º e 45.º, as superfícies elegíveis são reduzidas proporcionalmente em função das entregas efetuadas.

4. [Revogado]



Artigo 69.º

Reduções e exclusões nas ajudas às produções vegetais

1. Se, no que respeita às ajudas às produções vegetais a superfície declarada exceder a superfície determinada de um grupo de culturas, a ajuda é calculada com base na superfície determinada para o grupo de culturas em questão diminuída do dobro da diferença detetada se esta for superior a 3 % ou a dois hectares, mas não superior a 20 % da superfície determinada.

2. Se a diferença for superior a 20 % da superfície determinada, não é concedida a ajuda para o grupo de culturas em causa.

3. Se a diferença for superior a 50 % da superfície determinada, não é concedida a ajuda para o grupo de culturas em causa. Além disso, o beneficiário é objeto de uma sanção adicional no montante da ajuda correspondente à diferença entre a superfície declarada e a superfície determinada para o grupo de culturas em causa.

Se o montante calculado não puder ser totalmente deduzido nos três anos seguintes ao ano em que a diferença seja detetada, o saldo é anulado.

4. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, considera-se a superfície determinada como sendo igual à declarada se a diferença entre a superfície declarada e a superfície determinada para um grupo de culturas for inferior ou igual a:

a) 0,10 ha para a Ajuda aos Produtores de Culturas Arvenses, Ajuda à Manutenção da Vinha, Ajuda aos Produtores de Hortofrutícolas, Flores de Corte e Plantas Ornamentais e Ajuda aos Produtores de Culturas Tradicionais;

b) 0,01 ha para a Ajuda aos Produtores de Tabaco;

c) 0,001 ha para a Ajuda aos Produtores de Ananás.

Com exceção dos casos em que a diferença entre a superfície declarada e a superfície determinada represente mais do que 20% da superfície declarada.

5. O disposto neste artigo não se aplica à ajuda à banana.

Artigo 70.º

Reduções e exclusões na ajuda à banana

1. Nos casos em que seja verificado que a quantidade declarada no pedido de ajuda é superior à quantidade determinada, a ajuda é calculada com base na quantidade determinada, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2. Sempre que a quantidade declarada no pedido de ajuda exceder a quantidade determinada, a ajuda é calculada da seguinte forma:

**JORNAL OFICIAL**

a) Se a diferença for igual ou inferior a 20% da quantidade determinada, a ajuda é calculada com base na quantidade determinada;

b) Se a diferença for superior a 20%, mas inferior ou igual a 50% da quantidade determinada a ajuda é calculada com base na quantidade determinada, diminuída do dobro da diferença verificada;

c) Se a diferença for superior a 50% da quantidade determinada, não é concedida qualquer ajuda.

3. O incumprimento do disposto nas alíneas a) e b) do número 1 e alínea a) do número 5 do artigo 49.º da presente portaria, é motivo de exclusão do pagamento da ajuda.

4. O não cumprimento do disposto nas alíneas b) e c) do número 5 do artigo 49.º da presente portaria, é motivo de suspensão do pagamento da ajuda, a título dos anos seguintes, até que satisfaçam com as obrigações relativas ao pedido de ajuda em que se verificaram os incumprimentos mencionados.

5. Só são consideradas para efeitos de pagamento as quantidades de banana comercializada que disponham dos comprovativos previstos na alínea c) do n.º 1 e cumpram com o disposto no n.º 2, ambos do artigo 49.º.

Artigo 71.º**Base de cálculo dos prémios às Produções Animais**

1. No caso do prémio à vaca aleitante, o número de animais elegíveis é limitado pelo número de direitos individuais detidos pelo agricultor e no caso do prémio aos produtores de leite, a quantidade de leite elegível é limitada à produção máxima elegível detida pelo agricultor.

2. No caso do prémio aos produtores de leite, não pode ser concedida ajuda relativamente a uma quantidade de leite superior à indicada no pedido de ajuda.

3. Sem prejuízo do disposto nos artigos 73.º e 74.º, quando se constatar que o número de animais, ou a quantidade de leite, declarados excedem os determinados aquando dos controlos administrativos ou no local, a ajuda é calculada com base nas quantidades determinadas.

Todavia, se no prémio aos produtores de leite a diferença entre a quantidade declarada e a determinada for inferior ou igual a 6 kg, considera-se a quantidade determinada como sendo igual à declarada.

4. Sempre que sejam constatados casos de incumprimento em relação ao sistema de identificação e registo de bovinos, são aplicáveis as seguintes disposições:

a) Um bovino presente na exploração que tenha perdido uma das duas marcas auriculares é considerado determinado se estiver clara e individualmente identificado pelos restantes elementos do sistema de identificação e registo de bovinos;

**JORNAL OFICIAL**

b) Quando um só bovino presente na exploração tiver perdido duas marcas auriculares, o animal é considerado determinado se puder ainda ser identificado pelo registo, pelo passaporte do animal, pela base de dados ou por outros meios estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 1760/2000, e desde que o detentor de animais possa produzir prova de que já tomara medidas para corrigir a situação antes do anúncio da verificação no local.

c) [Revogado];

d) [Revogado].

Em caso de erros manifestos reconhecidos pela autoridade competente, as inscrições no sistema de identificação e registo de bovinos e respetivas notificações podem ser corrigidas em qualquer momento.

Artigo 72.º**Substituição de animais**

1. As vacas ou novilhas que sejam objeto de pedidos de ajudas em conformidade com a Secção I e Secção IV, do Capítulo II, podem ser substituídas, durante o período de retenção, sem perda do direito ao pagamento das ajudas pedidas.

2. [Revogado]

3. As ovelhas e cabras que sejam objeto de pedido de ajuda, em conformidade com a Secção III, do capítulo II, podem ser substituídas, durante o período de retenção, sem perda do direito ao pagamento das ajudas pedidas.

No caso de um agricultor apresentar um pedido de ajuda tanto para ovelhas de leite como para cabras, as ovelhas de leite podem ser substituídas por cabras e estas por ovelhas de leite.

4. As substituições previstas no presente artigo devem ocorrer no prazo máximo de 15 dias úteis após o evento que lhe deu origem e ser comunicadas ao SNIRA.

Artigo 73.º**Reduções e exclusões nos prémios às Produções Animais**

1. Sempre que, no que diz respeito a um pedido de ajuda aos prémios às produções animais, o número de animais declarados exceder o número de animais determinados, o montante total da ajuda a que o agricultor tenha direito ao abrigo desse prémio, é reduzido da percentagem estabelecida de acordo com o n.º 3 do presente artigo, se as irregularidades não disserem respeito a mais de três animais.

2. Se as irregularidades disserem respeito a mais de três animais, no ano civil em causa são efetuadas as seguintes reduções ou exclusões:

**JORNAL OFICIAL**

a) Redução no montante da ajuda ao abrigo do regime em causa, da percentagem estabelecida de acordo com o n.º 3 se a mesma não for superior a 10%;

b) Redução no montante da ajuda ao abrigo do regime em causa, do dobro da percentagem estabelecida de acordo com o n.º 3 se a mesma for superior a 10% mas inferior ou igual a 20%;

c) Se a percentagem estabelecida de acordo com o n.º 3 for superior a 20%, a ajuda a que o agricultor teria direito ao abrigo desse regime de ajudas é indeferida no prémio em questão;

d) Se a percentagem estabelecida de acordo com o n.º 3 do presente artigo for superior a 50%, o agricultor não recebe a ajuda no próprio ano da irregularidade e é-lhe descontado um montante correspondente à diferença entre o número de animais declarados e o número de animais determinados, que é deduzido nos pagamentos de ajudas a que tenha direito no contexto dos pedidos que apresentar nos três anos civis seguintes ao ano em que a diferença seja detetada, sendo o saldo anulado se o montante não puder ser totalmente deduzido desses pagamentos de ajudas.

3. Para estabelecer as percentagens referidas nos n.ºs 1 e 2, o número de animais declarados durante o ano civil em causa relativamente aos quais tenham sido detetadas irregularidades é dividido pelo número de animais determinados para essa medida de apoio relativamente ao pedido de ajuda no ano civil em questão.

4. O disposto neste artigo não se aplica ao prémio aos produtores de leite.

Artigo 74.º**Reduções e exclusões ao prémio aos produtores de leite**

Sempre que a quantidade total declarada, de entregas e vendas de leite, exceder a determinada, e se a diferença for superior a 20% e inferior ou igual a 50 % da quantidade determinada, o montante do prémio aos produtores de leite é calculado com base na quantidade determinada diminuída do dobro da diferença verificada.

Se a diferença for superior a 50% da quantidade determinada não é concedida qualquer ajuda.

Artigo 75.º**Exceções à aplicação de reduções e exclusões**

**JORNAL OFICIAL**

1. As reduções e exclusões referidas nos artigos 69.º, 70.º, 73.º e 74.º não são aplicáveis se o beneficiário tiver apresentado informações factualmente corretas ou puder provar, de qualquer outro modo, que não se encontra em falta.

2. As reduções e exclusões não são aplicáveis às partes do pedido de ajuda relativamente às quais o beneficiário comunicar, por escrito, à autoridade competente que contêm incorreções ou se tornaram incorretas depois da apresentação do pedido, desde que a autoridade competente não tenha informado o beneficiário da sua intenção de efetuar uma ação de controlo no local, nem o tenha já informado da existência de irregularidades no pedido.

3. O pedido de ajuda será alterado com base nas informações transmitidas pelo beneficiário em conformidade com o n.º 1, de modo a refletir a realidade.

Artigo 76.º

Circunstâncias naturais

[Revogado]

Artigo 77.º

Desvinculação de compromissos

Os beneficiários ficam desvinculados dos compromissos assumidos quando devidamente justificados por casos de força maior ou circunstâncias excepcionais, definidos nos termos no artigo 78.º.

Artigo 78.º

Força maior e circunstâncias excepcionais

1. Para efeitos da presente portaria são reconhecidos pela autoridade competente como casos de força maior ou circunstâncias excepcionais, nomeadamente, os seguintes casos:

- a) Morte do beneficiário;
- b) Incapacidade profissional do beneficiário superior a 3 meses;
- c) Catástrofe natural grave que afete de modo significativo a exploração;
- d) Destruição acidental das instalações da exploração destinadas aos animais;

**JORNAL OFICIAL**

e) Epizootias ou doenças das plantas que afetem parte ou a totalidade do gado ou das colheitas do beneficiário, respetivamente;

f) Expropriação de toda a exploração, ou uma parte importante da mesma, no caso de a expropriação não ser previsível no dia da apresentação do pedido.

2. Sempre que o beneficiário não cumpra os critérios de elegibilidade ou as suas obrigações por motivos de força maior ou devido a circunstâncias excecionais, na aceção do número anterior, conserva o direito à ajuda que detinha em relação à superfície, aos animais ou quantidades elegíveis no momento em que o motivo de força maior ou as circunstâncias excecionais ocorreram.

3. A comunicação dos casos de força maior e de circunstâncias excecionais, assim como dos pertinentes elementos de prova, considerados suficientes pela autoridade competente, deve ser efetuada por escrito a essa autoridade no prazo de 15 dias úteis a contar do dia seguinte à data da ocorrência, salvo impedimento devidamente justificado.

Capítulo VII**Disposições Complementares****Artigo 79.º****Limites orçamentais**

1. Os pagamentos das medidas a favor das produções animais e vegetais estão sujeitos aos limites orçamentais fixados pela Direção Regional com competência na matéria, e divulgados na área pública do sítio da Internet do POSEI, em <http://posei.azores.gov.pt>.

2. Estes limites podem ser alterados de acordo com os procedimentos previstos no artigo 40.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 180/2014, da Comissão de 20 de fevereiro de 2014.

Artigo 80.º**Duplo financiamento**

As ajudas previstas nesta portaria não são acumuláveis com outras ajudas atribuídas com a mesma finalidade.

Capítulo VIII**Disposições transitórias****Artigo 81.º****Normas de direito transitório formal**

**JORNAL OFICIAL**

1. As manifestações de intenção de beneficiar do prémio à vaca aleitante, do prémio ao abate de bovinos, do prémio à vaca leiteira e da ajuda ao escoamento de jovens bovinos dos Açores, efetuadas em 2015, transitam para o presente regime.

2. Os direitos individuais ao prémio à vaca aleitante detidos pelo agricultor à data da entrada em vigor da presente portaria transitam para o presente regime, mantendo-se os compromissos, nos termos da legislação ao abrigo da qual foram atribuídos.

3. O artigo 5.º da Portaria n.º 99/2013, de 30 de dezembro, aplica-se, para efeitos de elegibilidade dos beneficiários dos pedidos de ajuda à banana, ao reconhecimento das organizações de produtores, até 31 de dezembro de 2016.

Capítulo IX**Disposições finais****Artigo 82.º****Direito subsidiário**

Em tudo o que não se encontre especificamente regulado nesta portaria aplicam-se, subsidiariamente, as disposições comunitárias, nacionais e regionais aplicáveis.

Artigo 83.º**Norma revogatória**

É revogada a Portaria n.º 89/2014, de 31 de dezembro.

Artigo 84.º**Aplicação no tempo e produção de efeitos**

O disposto no n.º 3 do artigo 14.º, no artigo 21.º, no n.º 4 do artigo 50.º e no n.º 3 do artigo 81.º da presente Portaria produz efeitos a 1 de janeiro de 2015.

Artigo 85.º**Entrada em vigor**

Sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores a presente Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e é aplicável aos pedidos de ajuda com início a 1 de janeiro de 2016.

ANEXO I



JORNAL OFICIAL

(a que se refere a alínea b) do artigo 3.º)

Lista negativa das atividades económicas (CAE Rev.3)

para efeitos de definição de agricultor ativo

C	Indústrias transformadoras
303	Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado
3030	Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado
30300	Fabricação de aeronaves, de veículos espaciais e equipamento relacionado
3316	Reparação e manutenção de aeronaves e de veículos espaciais
33160	Reparação e manutenção de aeronaves e de veículos espaciais

D	Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
353	Produção e distribuição de vapor, água quente e fria e ar frio por conduta; produção de gelo
3530	Produção e distribuição de vapor, água quente e fria e ar frio por conduta; produção de gelo
35301	Produção e distribuição de vapor, água quente e fria e ar frio por conduta; produção de gelo

E	Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição
36	Captação, tratamento e distribuição de água
360	Captação, tratamento e distribuição de água
3600	Captação, tratamento e distribuição de água
36001	Captação e tratamento de água
36002	Distribuição de água

F	Construção
41	Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios); construção de edifícios



JORNAL OFICIAL

411	Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios)
4110	Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios)
41100	Promoção imobiliária (desenvolvimento de projetos de edifícios)
421	Construção de estradas, pontes, túneis, pistas de aeroportos e vias férreas
4211	Construção de estradas e pistas de aeroportos
42110	Construção de estradas e pistas de aeroportos
4212	Construção de vias férreas
42120	Construção de vias férreas
422	Construção de redes de transporte de águas, de esgotos, de distribuição de energia, de telecomunicações e de outras redes
4221	Construção de redes de transporte de águas, de esgotos e de outros fluidos
42210	Construção de redes de transporte de águas, de esgotos e de outros fluidos

H	Transportes e armazenagem
491	Transporte interurbano de passageiros por caminho -de-ferro
4910	Transporte interurbano de passageiros por caminho -de-ferro
49100	Transporte interurbano de passageiros por caminho -de-ferro
492	Transporte de mercadorias por caminho -de -ferro
4920	Transporte de mercadorias por caminho -de -ferro
49200	Transporte de mercadorias por caminho -de -ferro
522	Atividades auxiliares dos transportes
5223	Atividades auxiliares dos transportes aéreos
52230	Atividades auxiliares dos transportes aéreos

L	Atividades imobiliárias
68	Atividades imobiliárias



JORNAL OFICIAL

681	Compra e venda de bens imobiliários
6810	Compra e venda de bens imobiliários
68100	Compra e venda de bens imobiliários
682	Arrendamento de bens imobiliários
6820	Arrendamento de bens imobiliários
68200	Arrendamento de bens imobiliários
683	Atividades imobiliárias por conta de outrem
6831	Mediação e avaliação imobiliária
68311	Atividades de mediação imobiliária
68312	Atividades de angariação imobiliária
68313	Atividades de avaliação imobiliária
6832	Administração de imóveis por conta de outrem; administração de condomínios
68321	Administração de imóveis por conta de outrem
68322	Administração de condomínios

R	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
9311	Gestão de instalações desportivas
93110	Gestão de instalações desportivas
9312	Atividades dos clubes desportivos
93120	Atividades dos clubes desportivos
9313	Atividades de ginásio (fitness)
93130	Atividades de ginásio (fitness)
9319	Outras atividades desportivas
93191	Organismos reguladores das atividades desportivas
93192	Outras atividades desportivas, n.e.
932	Atividades de diversão e recreativas
9321	Atividades dos parques de diversão e temáticos
93210	Atividades dos parques de diversão e temáticos
9329	Outras atividades de diversão e recreativas



Anexo II

Tipologia de ajudas

[Revogado]

Anexo III

Lista de raças de orientação «leite»

Angler Rotvieh (Angeln), Red Dansk Maelkerace (RMD);

Ayreshire;

Armoricaïne;

Bretonne Pie Noire;

Fries-Hollandsd (FH), Française Frisonne Pie Noire (FFPN), Friesian-Holstein, Holstein, Black and White Friesian, Red and White Friesian, Frisona Española, Frisona Italiana, Zwartbonten van Belgie/Pie Noire de Belgique, Sortbroget Dansk Maelkerace (SDM), Deutsche Schwarzbunte; Schwarzbunte Milchrasse (SMR);

Groninger Blaarkop;

Guernsey;

Jersey;

Malkeborhorn;

Reggiana;

Valdostana Nera;

Itasuomenkarja;

Lansisuomenkarja;

Pohjoissuomenkarja;

Montbeliarde;

Swedish Red.

Anexo IV

Lista de raças de orientação «carne»

Alentejana;

Algarvia;

Arouquesa;

**JORNAL OFICIAL**

Barrosa;
Brava;
Marinhosa;
Maronesa;
Mertolenga;
Minhota;
Mirandesa;
Charolesa;
Hereford;
Limousine;
Salers;
Pie rouge;
Norueguesa;
Fleckvieh;
Cruzado de carne;
Preta;
Cachena;
Ramo grande;
Blonde d aquitaine;
Blanc - blue belge;
Garvonesa;
Carne, ind;
Cruzado charolês;
Cruzado limousine;
Cruzado alentejano;
Cruzado bbb;
Cruzado simmental-fleckvieh;
Jarmelista;

**JORNAL OFICIAL**

Brava dos açores;
Aberdeen-angus;
Cruzado aberdeen-angus;
Cruzado de blonde

S.R. AGRICULTURA E FLORESTAS**Despacho Normativo n.º 5/2017 de 31 de Janeiro de 2017**

Considerando o Regulamento (UE) n.º 228/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de março de 2013, que estabelece medidas específicas no domínio da agricultura a favor das regiões ultraperiféricas da União;

Considerando o Regulamento (UE) n.º 1305/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural (FEADER);

Considerando o Regulamento (UE) n.º 1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativo ao financiamento, à gestão e acompanhamento da Política Agrícola Comum;

Considerando o Regulamento (UE) n.º 1308/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece uma organização comum dos mercados dos produtos agrícolas;

Considerando o Regulamento de Execução (UE) n.º 180/2014, da Comissão, de 20 de fevereiro de 2014, que estabelece normas de execução do Regulamento (UE) n.º 228/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho;

Considerando o Regulamento de Delegado (UE) n.º 807/2014, da Comissão, de 11 de março de 2014, que complementa o Regulamento (UE) n.º 1305/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural, e que estabelece disposições transitórias;

Considerando o Regulamento de execução (UE) n.º 808/2014, da Comissão, de 17 de julho de 2014, que estabelece as normas de execução do Regulamento (UE) n.º 1305/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural (FEADER);

Considerando o Regulamento de execução (UE) n.º 809/2014, da Comissão, de 17 de julho de 2014, que estabelece as normas de execução do Regulamento (UE) n.º 1306/2013, do

**JORNAL OFICIAL**

Parlamento Europeu e do Conselho, no que diz respeito ao sistema integrado de gestão e de medidas de desenvolvimento rural e à condicionalidade;

Considerando que o Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores, 2007-2013 (PRORURAL), apresentado ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1698/2005, do Conselho de 20 de setembro, foi aprovado através da Decisão da Comissão C (2007) 6162, de 4 de dezembro de 2007;

Considerando que, apesar do período de vigência do PRORURAL ter terminado em 31 de dezembro de 2013, existem beneficiários com compromissos plurianuais que se prolongam para além desse período e que necessitam apresentar os respetivos pedidos de pagamento e declarações de superfície;

Considerando que pela Decisão C (2015) 850, de 13 de fevereiro de 2015, da Comissão Europeia, foi aprovado o Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020, abreviadamente designado por PRORURAL⁺, nos termos previstos no Regulamento (UE) n.º 1305/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013;

Considerando a decisão de execução da Comissão, de 14 de dezembro de 2016, que aprovou as alterações do Programa POSEI-Portugal, em conformidade com o artigo 40.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 180/2014 da Comissão;

Considerando que, de acordo com a Portaria que estabelece os regimes de ajuda do Subprograma POSEI-Açores, é necessário definir os limites orçamentais e os períodos para apresentação dos pedidos de ajuda e das declarações de superfícies;

Considerando que, de acordo com as Portarias que estabelecem os regimes de apoio no âmbito do PRORURAL e do PRORURAL⁺, é necessário definir as datas para apresentação dos documentos constitutivos da elegibilidade para os apoios para o ano de 2016;

Considerando que de acordo com o regulamento que estabelece o regime de apoio à reestruturação e reconversão de vinhas é necessário definir o período para apresentação da declaração da totalidade da superfície da exploração.

O Secretário Regional da Agricultura e Florestas, nos termos dos artigos 55.º e 79.º da Portaria n.º 162/2015, de 28 de dezembro, dos artigos 34.º e 35.º da Portaria n.º 20/2009, de 23 de março, dos artigos 18.º e 19.º da Portaria n.º 38/2009, de 18 de maio, dos n.ºs 3 e 4 do artigo 35.º da Portaria n.º 89/2015, de 29 de junho, dos artigos 34.º e 35.º da Portaria 26/2015, de 5 de março, dos artigos 17.º e 18.º da Portaria n.º 30/2015, de 9 de março, dos artigos 11.º e 12.º da Portaria n.º 25/2015, de 5 de março, dos artigos 16.º e 17.º da Portaria n.º 34/2015, de 23 de março, da alínea c) do n.º 1 do artigo 21.º da Portaria n.º 53/2014, de 4 de agosto, e do artigo 15.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 9/2016/A, de 21 de novembro, todos na sua redação atual, determina o seguinte:

Artigo 1.º

**Objeto**

O presente despacho normativo fixa os prazos para apresentação dos seguintes documentos:

1 - Ajudas financiadas pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA)

a) Pedidos de ajuda no âmbito do Subprograma POSEI-Açores a título do ano 2017:

- Ajuda aos Produtores de Culturas Arvenses;

- Ajudas aos Produtores de Culturas Tradicionais;

- Ajuda à Manutenção da Vinha Orientada para a Produção de Vinhos com Denominação de Origem e Vinhos com Indicação Geográfica;

- Ajuda aos Produtores de Ananás;

- Ajuda aos Produtores de Hortofrutícolas, Flores de Corte e Plantas Ornamentais;

- Ajuda aos Produtores de Tabaco;

- Ajuda à Banana;

- Prémio ao Abate de Bovinos;

- Ajuda ao Escoamento de Jovens Bovinos dos Açores;

- Prémio aos Produtores de Leite.

b) Pedidos de ajuda no âmbito do Subprograma POSEI-Açores, a título do ano 2018:

- Prémio ao Abate de Bovinos;

- Ajuda ao Escoamento de Jovens Bovinos dos Açores;

- Prémio à Vaca Aleitante;

- Prémio aos Produtores de Ovinos e Caprinos;

- Prémio à Vaca Leiteira.

2- Apoios financiados pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)

a) Pedidos de pagamento relativos aos compromissos ativos no âmbito Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2007-2013 (PRORURAL):

Eixo 2: Melhoria do Ambiente e da Paisagem Rural

i) Medida 2.1 - Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas;

ii) Medida 2.4 - Gestão do Espaço Florestal

Ação 2.4.1 – Investimentos para a Utilização Sustentável de Terras Florestais:

**JORNAL OFICIAL**

- Apoio à Primeira Florestação de Terras Agrícolas (prémio à perda de rendimento e prémio à manutenção);

- Apoio à Primeira Florestação de Terras Não Agrícolas (prémio à manutenção).

Acção 2.4.2 – Valorização da Utilização Sustentável de Terras Florestais

- Pagamentos Natura 2000 em Terras Florestais.

b) Pedidos de apoio no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL⁺):

i) Medida 13 – Pagamentos a favor de zonas sujeitas a condicionantes naturais ou a outras condicionantes específicas:

Submedida 13.3 – Pagamentos compensatórios a título de outras zonas afetadas por condicionantes específicas.

c) Pedidos de pagamento relativos aos ativos no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL⁺):

i) Medida 8 – Investimentos no Desenvolvimento das Zonas Florestais e na Melhoria da Viabilidade das Florestas:

Submedida 8.1 – Florestação e Criação de Zonas Arborizadas.

ii) Medida 10 – Agroambiente e clima:

Submedida 10.1 – Pagamento por compromissos respeitantes ao Agroambiente e ao clima:

- Intervenção 10.1.1 – Conservação de curraletas e lagidos da cultura da vinha;

- Intervenção 10.1.2 – Conservação de pomares tradicionais dos Açores;

- Intervenção 10.1.3 – Conservação de sebes vivas para a proteção de culturas hortofrutícolas, plantas aromáticas e medicinais;

- Intervenção 10.1.4 – Manutenção da extensificação da produção pecuária;

- Intervenção 10.1.5 – Produção integrada;

- Intervenção 10.1.6 – Proteção da raça bovina autóctone Ramo Grande;

- Intervenção 10.1.8 – Pagamento de compensações a zonas agrícolas incluídas nos planos de gestão das bacias hidrográficas.

iii) Medida 11 – Agricultura biológica:

Submedida 11.1 – Pagamentos por conversão a práticas e métodos de agricultura biológica;

**JORNAL OFICIAL**

Submedida 11.2 – pagamentos por manutenção de práticas e métodos de agricultura biológica.

iv) Medida 13 – Pagamentos a favor de zonas sujeitas a condicionantes naturais ou a outras condicionantes específicas:

Submedida 13.3 – Pagamentos compensatórios a título de outras zonas afetadas por condicionantes específicas.

v) Medida 15 – Serviços silvoambientais e climáticos, e conservação das florestas:

Submedida 15.1 – Pagamentos por compromissos silvoambientais e climáticos

- Intervenção 15.1.1 - Pagamento de compromissos silvoambientais;

- Intervenção 15.1.2 - Pagamentos de Compensação por áreas Florestais Natura 2000.

3 – Declaração da totalidade da superfície da exploração no âmbito das ajudas diretas do Subprograma POSEI-Açores, do regime de apoio à reestruturação e reconversão de vinhas prevista no artigo 46.º do Regulamento (UE) n.º 1308/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013 e dos apoios previstos nas alíneas a), b) e c) do número anterior.

Artigo 2.º**Apresentação dos documentos**

1. A apresentação dos documentos previstos no artigo anterior decorre de 15 de fevereiro a 15 de maio de 2017, com exceção da ajuda à banana que decorre de 2 a 31 de janeiro de 2018.

2. Os documentos referidos no número anterior são apresentados junto dos Serviços de Desenvolvimento Agrário de ilha da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas.

Artigo 3.º**Limites orçamentais**

1. Os limites orçamentais dos regimes de ajuda mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º constam do Anexo I ao presente despacho normativo, do qual faz parte integrante.

2. Os limites referidos no número anterior podem ser alterados de acordo com os procedimentos previstos no artigo 40.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 180/2014, da Comissão, de 20 de fevereiro de 2014.

Artigo 4.º**Entrada em vigor**

O presente despacho normativo entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

**JORNAL OFICIAL**

30 de janeiro de 2017. - O Secretário Regional da Agricultura e Florestas, *João António Ferreira Ponte*.

Anexo I

(a que se refere o n.º 1 do artigo 3.º)

Prémios/Ajudas	Limites orçamentais
Ajuda aos Produtores de Culturas Arvenses	5.448.100 €
Ajuda aos Produtores de Culturas Tradicionais	529.914 €
Ajuda à Manutenção da Vinha Orientada para a Produção de Vinhos com Denominação de Origem e Vinhos com Indicação Geográfica	290.000 €
Ajuda aos Produtores de Ananás	3.443.900 €
Ajuda aos Produtores de Hortofrutícolas, Flores de Corte e Plantas Ornamentais	1.299.886 €
Ajuda aos Produtores de Tabaco	217.200 €
Ajuda à Banana	700.000 €
Prémio ao Abate de Bovinos	14.029.909 €
Ajuda ao Escoamento de Jovens Bovinos dos Açores	739.319 €
Prémio aos Produtores de Leite	20.785.147 €